

RELATÓRIO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO PROVISIONAL 2026—2030



Pág. 3

Preâmbulo

Pág. 4

I – Normas de Execução Orçamental

Pág. 9

II – Planos Anuais e Plurianuais

Pág. 10

A – Enquadramento

B – Plano de Atividades Anual e Plurianual

C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual

D – Plano Financeiro Anual e Plurianual

E – Demonstrações Previsionais [NPC 26]

Pág. 37

III – Demonstrações Financeiras Previsionais

Pág. 38

A – Notas Explicativas ao Orçamento para o Período 2025 – 2029 e Pressupostos

B – Orçamento de Exploração

C – Orçamento de Tesouraria

D – Balanço Previsional

Pág. 54

IV – Equilíbrio Económico-Financeiro

Pág. 57

O Conselho de Administração

Pág. 58

ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2025 - 2029

Pág. 64

ANEXO II – Parecer do Revisor Oficial

de Contas/Fiscal Único

Preâmbulo

A empresa municipal “Gestão e Obras do Porto”, adiante designada apenas de “GO Porto”, vem por este meio apresentar, para aprovação da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal do Porto, os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período 2026 – 2030, dando cumprimento ao artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos da alínea b), do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e de acordo com o disposto nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da empresa.

No âmbito do referido artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais devem facultar, completa e atempadamente, elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tais como, projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais, projetos dos orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais, planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, documento de prestação anual de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental e as demais informações e documentos que sejam solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da empresa local e da sua atividade.

Em conformidade com o determinado pelo artigo 19.º dos estatutos da empresa, alinhado com o regulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, concretamente, no seu artigo 25.º, n.º 6, alínea j), cabe ao Fiscal Único a emissão de um parecer sobre o presente documento, fazendo parte integrante do mesmo.

NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No âmbito das atividades operacionais de gestão de obra e de gestão e exploração de infraestruturas e imóveis, desenvolvidas pela GO Porto através das atribuições firmadas com o Município do Porto, torna-se necessário estabelecer um conjunto de regras e princípios definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das suas atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável. É ao abrigo destes princípios que se enquadram os artigos seguintes:

Artigo 1.º

Definição e objeto

1. O presente normativo estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes das redações atuais do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, constituindo estes diplomas legais, o quadro normativo aplicável à execução do IGP 2026 - 2030, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

2. Sem prejuízo do disposto no presente normativo, e tendo presente que, por parte da APCER, o procedimento de certificação ao abrigo da Qualidade e a concessão da certificação no âmbito do Ambiente, da

Saúde e Segurança no Trabalho e da Responsabilidade Social, ficou aprovado a 3 de outubro 2024, são também aplicáveis à execução dos IGP, as disposições constantes do Manual do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e os seus processos e procedimentos.

Artigo 2.º

Execução orçamental

1. O ciclo orçamental da receita deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. A liquidação pode exceder a previsão de receita, sendo que só poderão ser liquidadas receitas que sejam legais, tenham sido objeto de correta inscrição orçamental, estejam classificadas e haja o cumprimento do princípio da segregação de funções.

2. O ciclo orçamental da despesa deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases a montante até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação. Os limites definidos devem ser aferidos por transação ou evento e segundo as classificações

orçamentais vigentes. Nenhuma despesa pode ser autorizada que não respeite:

- a) A legalidade da despesa/conformidade legal no que respeita à natureza do encargo a incorrer;
- b) A legalidade do facto gerador da obrigação, nomeadamente o cumprimento do Código dos Contratos Públicos;
- c) O cumprimento do princípio da segregação de funções;
- d) A regularidade financeira;
- e) A economia, eficiência e eficácia da despesa.

3. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

4. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos nos anos anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;

c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos contratualizados para 2025 e para os anos futuros.

Artigo 3.º **Modificações ao IGP**

Esta empresa municipal, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas, reorientando, através do mecanismo das modificações orçamentais as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação dos objetivos estabelecidos pelo Município do Porto, nos seus contratos com a empresa municipal (Contrato de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa), com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito das regras orçamentais previstas em sede do normativo do SNC-AP.

Artigo 4.º **Gestão de Ativos da Empresa Municipal**

1. A Gestão do Património da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do referido Sistema de Gestão Integrado da empresa.

2. As aquisições de ativos efetuam-se de acordo com o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Conselho de Administração, através de proposta de aquisição por parte dos serviços.

Artigo 5.º **Gestão de stocks**

1. A Gestão de Stocks da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do referido Sistema de Gestão Integrado da empresa.
2. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
3. A proposta de abate de artigos em stock carece de proposta do dirigente máximo responsável pela unidade orgânica ao qual esteja afeto o armazém a ser submetida ao Conselho de Administração.

Artigo 6.º **Assunção de compromissos plurianuais**

1. Fica autorizada pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na Lei e nos presentes IGP, e que resultem de projetos ou atividades constantes na Demonstração Previsional de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual do Plano Plurianual de Investimento. Fica, igualmente, autorizada a proceder à redistribuição e reclassificação das verbas dentro dos valores de despesa previstos no presente documento dentro de cada orçamento (estrutura – Contrato Programa) e Obra (Contrato de Gestão de Empreendimentos) desde que não implique aumento de despesa aprovada.

2. Excetuam-se do disposto no número anterior, os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa e que não esteja ao abrigo do Contrato de Gestão de Empreendimentos, uma vez que, qualquer aumento de despesa neste último tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal.

Artigo 7.º

Fundos disponíveis - Utilização do saldo de gerência anterior e aumento temporário dos fundos disponíveis

1. Considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência de 2025, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro de 2026, e conseqüente reforço do valor anual de orçamento de receita deste ano.
2. Considera-se autorizado, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), o aumento temporário dos fundos disponíveis pela antecipação das receitas provenientes da execução dos Contratos de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa, celebrados com o Município do Porto, em vigor para o ano de 2026, com recurso a montantes a cobrar e a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso, nos termos do n.º 2, do artigo 6.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho.

Artigo 8.º**Autorizações assumidas**

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento, e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na legislação em vigor e nas presentes IGP, as seguintes despesas: a) Vencimentos e salários; b) Subsídio familiar a crianças e jovens; c) Gratificações, pensões de aposentação e outras; d) Encargos de empréstimos; e) Rendas; f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes; g) Água, energia elétrica, gás; h) Comunicações telefónicas e postais; i) Prémios de seguros; j) Obrigações resultantes de sentenças judiciais; k) Publicações obrigatórias na Imprensa Nacional e publicações de anúncios no Diário da República; l) Emolumentos do Tribunal de Contas; m) Encargos de natureza judicial de tramitação processual corrente; n) Encargos de instituições bancárias.

2. Consideram-se, igualmente, autorizados os pagamentos às diversas entidades por caixa, desde que estejam em conformidade as disposições previstas nos processos e procedimentos do Sistema de Gestão Integrado da empresa.

Por fim, e como notas prévias finais ao presente documento IGP 2026 - 2030, deve referir-se que:

- a) As demonstrações financeiras da GO Porto estão preparadas de acordo com o referencial contabilístico do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).
- b) Todos os montantes inscritos neste documento estão expressos em Euro.

PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS

A - Enquadramento

Criada a 9 de agosto de 2000, a GO Porto é uma empresa municipal local de promoção do desenvolvimento regional, e detida a 100% pelo Município do Porto, com o objetivo do exercício da atividade de gestão de obras públicas para a autarquia portuense e para outras entidades, públicas ou privadas.

Em 2025, tendo completado 25 anos de existência, pode considerar-se que, entre as principais alterações ocorridas nos Estatutos da GO Porto, merece destaque a verificada em finais de 2016, quando, por decisão do Município do Porto, a empresa viu o seu perímetro de atuação alargado à gestão, exploração e rentabilização do património não habitacional, das infraestruturas urbanísticas do Município do Porto e dos equipamentos cuja gestão lhe seja delegada, quer sejam da propriedade do Município, quer para as entidades por ele detidas ou para terceiros, conferindo a esta empresa municipal uma estrutura funcional comprometida com a gestão integral do ciclo de vida dos empreendimentos, conforme se demonstra no quadro síntese seguinte:

Ciclo de Vida dos Empreendimentos

Etapas e Donos	Até 2016	A partir de 2017
1. Avaliação ex-ante da necessidade	CMP/GOP	GO Porto
2. Elaboração de projetos e colaboração na obtenção de fundos	CMP/GOP	GO Porto
3. Procedimentos de formação de contratos	GO Porto	GO Porto
4. Celebração de contratos e assunção de compromissos	GO Porto	GO Porto
5. Execução e gestão do contrato até à sua receção	GO Porto	GO Porto
6. Manutenção e exploração de empreendimentos delegados	CMP	GO Porto

A GO Porto prossegue focalizada na sua atividade de promoção do desenvolvimento local e regional, com a sua Missão centrada no objetivo de “prestar um serviço de excelência no segmento das obras e da gestão e exploração das infraestruturas e equipamentos que lhe sejam atribuídos pelo Município do Porto, ou por terceiros, alicerçada no conhecimento técnico, na inovação, no controlo de prazos e na racionalização de custos”. Para o efeito, a GO Porto vem convocando a mobilização de recursos humanos, materiais e tecnológicos adicionais e especializados, imprescindíveis para assegurar um desempenho exímio de responsabilidades e compromissos legais da organização e, igualmente, para defesa e salvaguarda dos seus direitos, o que vem representando uma evolução, em alta, dos seus custos de estrutura, face aos valores historicamente incorridos até ao exercício de 2016.

Enquanto empresa municipal local, a atividade operacional da GO Porto encontra-se legalmente aprovada pelo Município do Porto, nos termos de dois contratos outorgados com esta entidade: Contrato-Programa (CP), atualmente, em vigor para o triénio 2024 – 2026 (2.º aditamento), no qual, constam a missão, as obrigações e as responsabilidades desta empresa municipal, orientada para a consecução dos objetivos, políticas e estratégias nele indicados; e, Contrato Mandato, designado de CGE (Contrato de Gestão de Empreendimentos), atualmente, em vigor para o triénio 2023 – 2025 (3.º aditamento).

À data do presente relatório, e em simultâneo com a apresentação dos IGP 2026 – 2030, a GO Porto tem em curso de elaboração, para aprovação por parte do Município do Porto, as seguintes propostas, que, no caso do Contrato Programa 2024 – 2026 em vigor, está devidamente enquadrada com os referidos instrumentos:

1. Proposta de 4.º aditamento ao CGE 2023 – 2025, que, para o exercício económico de 2025, fixa o montante de investimentos de €29.813.300,00, o que representa uma redução, de €11.661.700,00, face ao valor outorgado no 3.º aditamento em vigor (€41.475.000,00);

2. Proposta de 3.º aditamento ao CP 2024 – 2026, que, para os exercícios económicos, 2025 e 2026, fixa os montantes de subsídio à estrutura de, €4.340.000,00 e €4.909.000,00, respetivamente, conforme referido no quadro “Agregados Económico-Financeiro” do Ponto D – Plano Financeiro Anual e Plurianual, do presente capítulo. No total, os valores de subsídio à exploração propostos, representam uma redução de €203.000,00 face aos valores atualmente em vigor, sendo: em 2025 (€4.825.000,00), uma redução de €485.000,00 e, em 2026 (€4.627.000,00), um aumento de €282.000,00.

3. Proposta de CGE 2026 – 2028, que, para o triénio em causa, fixa um montante total de investimentos de €205.155.000,00.

Tendo presente a importância do objeto social da GO Porto no universo municipal, esta empresa municipal dará continuidade à sua estratégia de reforçar a colaboração com as diversas estruturas orgânicas da Câmara Municipal do Porto que tutelam os empreendimentos em curso, bem como e, de igual forma, com as demais entidades participadas pelo Município.

Internamente, e tendo por referência a área de Sistemas de Informação, estima-se que o primeiro ano de ano fi- que marcado pelos procedimentos seguintes:

- No âmbito do projeto de Cibersegurança em curso, orientado pelo Município do Porto (MP) e pela Associação Porto Digital (APD), a GO Porto adquiriu, em outubro de 2025, pelo período de execução de 12 meses, uma solução de Endpoint, Detetion & Response (EDR), complementada com o serviço de MDR (Managed, Detetion & Response), valorizada em 34 mil euros no ano de 2025, capaz de detetar e mitigar incidentes de segurança. Em complemento a este processo, está em curso a adjudicação de um serviço de consultoria relacionado com a Cibersegurança (Modelo de Governance), acrescido do tema Privacy (RGPD), pelo período de 30 meses, isto é, até início de 2028. Nesse período, está já identificada a necessidade de adequação do Modelo de Governance face à entrada em vigor da norma europeia NIS2. Este conjunto de serviços, contempla um valor aproximado, por cada um dos anos seguintes, de 25 mil euros na rubrica de fornecimentos e serviços externos;

- Implementação de dois novos Softwares de Gestão de Ativos (Manutenção e Exploração), com vista a dotar a Direção de Gestão de Exploração de novas ferramentas que permitam uma gestão mais eficaz dos Edifícios

(Ativos) sob a nossa gestão, sendo, à data, o Mercado do Bolhão e a Sede de empresa, os casos em causa. Está previsto que o investimento nestas duas ferramentas possa representar um valor aproximado de 135 mil euros, com uma grande parte refletida, em 2026, de 100 mil euros, aproximadamente, na rubrica de investimentos intangíveis;

- Com a migração da infraestrutura de virtualização do nosso Cluster para o Cluster da APD, realizado em meados de 2024 - o que veio a permitir a empresa abdicar da necessidade de reformulação da sua infraestrutura de virtualização, que já se encontrava na sua capacidade máxima de expansão -, o processo de backups e escalonamento de recursos tornou-se mais prático, sendo gerido, desde 2024, num formato deslocalizado no datacenter da APD. Para este tipo de serviço externo, em 2026, está contemplado um valor de 25 mil euros anuais;

- Continuidade de implementação de vários dashboards na solução PowerBI, no seguimento dos desenvolvimentos que estão em curso no corrente exercício de 2025, ao nível dos dashboards de controlo do CGE, que permitirá à GO Porto analisar, acompanhar, avaliar e tomar decisões dos vários Empreendimentos, tendo em conta os prazos que foram previamente planeados versus os realizados, sempre com dados oriundos do ERP GIAF e do Int'Graal. Em paralelo, foram já iniciados desenvolvimentos no sentido de construção de outros dashboards para controlo de execução orçamental dos orçamentos de exploração e de estrutura. Para esta aplicação, o gasto anual previsto, em 2026, rondará 25 mil euros, em conjunto, com contratações diversas de i) bolsas de horas para prestação de serviços de desenvolvimento à medida de software (Int'Graal, ERP, Gestão de Pessoas, etc.), perfazendo um total previsto, em 2026, de 40 mil

euros, ii) suporte à infraestrutura de Networking e contrato de manutenção de bases de dados Oracle e SQL Server (25 mil euros).

Por outro lado, e tendo por referência a área de Melhoria e Sustentabilidade, que, nos últimos anos, se vem assumindo como um eixo estruturante da estratégia organizacional da GO Porto, destacam-se as novas competências e responsabilidades decorrentes da implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), em finais de 2024. Este sistema passou a englobar, para além do referencial da Qualidade (ISO 9001), as normas relativas ao Ambiente (ISO 14001), à Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001) e à Responsabilidade Social (NP 4469).

Mercê do compromisso assumido pela empresa com a Sustentabilidade, será dada especial atenção, nos próximos anos e até à completa maturação do sistema, à definição de novos indicadores alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Pretende-se, assim, reforçar a integração das dimensões ambiental, social e económica na gestão organizacional e promover a adoção de práticas responsáveis que potenciem a eficiência dos recursos e a valorização das pessoas.

A monitorização dos objetivos continuará a ser assegurada através das Revisões pela Gestão, realizadas periodicamente, permitindo avaliar as tendências de desempenho da empresa e definir ações corretivas e de melhoria sempre que se identifiquem desvios.

Manter-se-á igualmente o serviço de *Compliance*, que compreende a identificação da legislação aplicável à atividade da empresa nos diferentes domínios de atuação, a elaboração de relatórios mensais e a avaliação da conformidade legal através da realização de auditorias anuais. Este processo constitui um importante mecanismo de verificação do desempenho e um instrumento de suporte à melhoria contínua.

A simplificação e otimização dos processos internos permanecerão como vetores prioritários de atuação, promovendo a eficiência administrativa, a redução de redundâncias operacionais e o reforço da digitalização enquanto ferramenta de apoio à gestão.

Neste contexto, pretende-se consolidar a normalização de procedimentos, assegurar o cumprimento dos requisitos normativos aplicáveis e potenciar a comunicação interna, garantindo maior coerência, rastreabilidade e transparência em todos os processos organizacionais. A eficácia destas práticas será verificada através da realização de auditorias internas e externas ao Sistema de Gestão Integrado, enquanto mecanismo essencial de controlo e melhoria contínua.

Em continuidade com esta visão, o trabalho a desenvolver no domínio da Responsabilidade Social constitui um verdadeiro desafio para os próximos anos, orientado para a consolidação de uma cultura organizacional ética, participativa e socialmente responsável.

Destacam-se como principais eixos de atuação o Programa de Responsabilidade Social Empresarial, que visa promover o envolvimento da GO Porto com a comunidade onde se insere, a satisfação dos seus clientes e parceiros e o bem-estar dos colaboradores, e o processo de certificação ao abrigo da norma NP 4590:2023 – *Sistema de Gestão do Bem-Estar e Felicidade Organizacional*, centrado na valorização das pessoas e na continuação de um ambiente de trabalho positivo, participativo e sustentável.

Por fim, e mediante o compromisso do Município do Porto, enquanto único acionista e principal cliente da empresa, de assegurar a capacidade da GO Porto de cumprir os seus deveres de tesouraria face a terceiros, esta empresa municipal prossegue com a obrigação descrita em Contrato Programa, de exigir aos fornecedores o cumprimento rigoroso dos prazos, custos e qualidade de execução contratualizados, vetor fundamental para a obtenção dos resultados pretendidos, dando assim cumprimento às obrigações assumidas com o Município do Porto. Para o efeito, a empresa continuará a manter uma gestão precisa de tesouraria, assente num procedimento estratégico, contínuo e rigoroso, de controlo e monitorização dos compromissos assumidos pela empresa.

B – Plano de Atividades Anual e Plurianual

B.1. CONTRATO DE EXPLORAÇÃO

Ao nível da gestão e exploração de infraestrutura municipais delegadas pela Autarquia, a atividade operacional da GO Porto encontra-se valorizada no âmbito dos IGP 2026 – 2030, fundamentalmente, na prossecução da gestão dos espaços, Mercado do Bolhão e Edifício Sede S. Dinis, com destaque para o primeiro, cujas delegações de exploração e de rentabilização atribuídas pelo Município do Porto, estão descritas no âmbito do já mencionado CP 2024 – 2026:

1. Mercado do Bolhão (MB):

A reabilitação e modernização do Mercado do Bolhão tem sido muito significativo para a cidade na medida em que podemos testemunhar novos negócios que se vão fixando em redor do seu quarteirão aproveitando os fluxos que este projeto gera no coração da baixa portuense. Reaberto há três anos, este mercado já recebeu mais de 18,5 milhões de visitas, consolidando-se assim o seu estatuto de património material e imaterial de excelência, gerido pela mão da GO Porto, e que importa visitar a quem se desloca à cidade e a quem nela reside.

Em 2025 estivemos dedicados a reforçar o diálogo diretamente com todos os comerciantes e em específico, no mês de abril, foi-nos dado conhecimento da organização de um Grupo de Comerciantes que estabeleceu, proativamente, com a Direção do Mercado, um diálogo

construtivo e colaborante. O diálogo sempre foi, é, e sempre será um pilar basilar do nosso modelo de gestão.

Temos vindo a encetar conversações com diversos comerciantes, sobre medidas a implementar, que tem em vista assegurar o cumprimento e a clarificação do Regulamento do Mercado do Bolhão em vigor, na medida em que, o mesmo, contém conceitos e normas cuja subjetividade tem dado azo a interpretações diversas. Nesse sentido, propusemos ao Grupo de Comerciantes recentemente formado integrar, em representação dos comerciantes, este trabalho conjunto com vista à construção de uma proposta consensual de revisão do Regulamento para o ano de 2026, sem impacto previsto no presente Instrumentos de Gestão Previsional.

À data do presente relatório, a taxa de ocupação por unidades situa-se nos 97%, faltando ocupar duas lojas do exterior e duas bancas. Está em curso a divisão das duas lojas de exterior que nunca foram alvo de atribuição nas Hastas Públicas, pretende-se realizar o concurso público no início de 2026.

No que se refere à gestão orçamental do MB, continuamos a trabalhar para o equilíbrio entre receitas e custos, e é visível pela análise do mapa para 2026 que grande parte da dotação orçamental prevista se destina às prestações de serviço necessárias ao bom funcionamento do equipamento, nomeadamente, as equipas do Balcão de Informações, da limpeza, da desinfeção, da gestão de resíduos, da vigilância, da manutenção e da Fiscalização. Esta globalidade de serviços representa aquilo que é o Facility Management do imóvel e que, anualmente, e tendo em consideração os aumentos do Índice de Preços do Consumidor e do Salário Mínimo

Nacional, ascenderá a mais de um milhão e meio de euros. Contudo, no final de 2026 lançaremos novo concurso e estamos a prever fazê-lo já em lotes separados e não como um serviço integrado, na expectativa de tornar esta contratação mais económica para os anos subsequentes, com vista a alcançar-se a sustentabilidade da operação do Mercado.

Encontra-se em análise a viabilidade de implementação em 2026 de novas medidas com vista a fidelização de consumidores locais e do cliente habitual, tais como, serviços de entrega e/ou de transporte de passageiros e campanhas de marketing dirigidas exclusivamente a portuenses.

Também para aproximar o Mercado do Bolhão da Cidade do Porto temos desenhado o programa do Cartão Profissional e Selo do Bolhão. Este programa a implementar em 2026 consiste num aproximar do Mercado dos diferentes agentes económicos da cidade ao Mercado de Frescos e de conferir vantagens e benefícios relacionados com os serviços do mercado e dos seus comerciantes, através da criação de canais únicos permitindo o contacto direto e o acesso ao mercado. O objetivo do programa de cartões profissionais será premiar os compradores mais significativos com o selo do Bolhão que os distinguirá junto dos seus clientes como empresas que apoiam o projeto do Bolhão porque compram os seus produtos nas suas Bancas.

Encontra-se ainda em curso a preparação da contratação, prevista para 2026 de serviços de controlo de higiene e segurança alimentar, incluindo análises microbiológicas, de forma que todos os comerciantes estejam conscientes das exigências legais da sua atividade, mitigando-se quaisquer irregularidades nas ações de fiscalização que venham a decorrer pelas entidades competentes.

O projeto de ocupação e dinamização da Galeria do piso 1 foi repensado e já tem uma nova estratégia comercial tendo obtido uma avaliação de 3,5 (em que 5 é totalmente satisfeito) ao nível da satisfação do comerciante no último inquérito realizado. Tendo este tema sido alvo de alguma insatisfação nos primeiros anos, pretendemos continuar a apostar nesta estratégia em 2026.

Considerando as inúmeras queixas e reclamações que têm vindo a ser feitas nos últimos anos (internas, externas e até publicamente) por alguns comerciantes, encontramos-nos a estudar, em conjunto com o Grupo de Comerciantes, a possibilidade de se proceder à reorganização do terrado em 2026, nos termos do previsto no artigo 16.º do Regulamento do Mercado que estipula que: *“A qualquer altura, o Município do Porto, ou a entidade gestora, pode alterar a distribuição das bancas, bem como, introduzir as modificações que se revelarem necessárias.* Pretende-se com esta reorganização fixar uma zona só para as bebidas alcoólicas, aproximar as salchicharias das cozinhas de tripas, colocar as Bancas de Congelados no meio do Terrado e libertar área que possa permitir a criação de um espaço dedicado aos comerciantes (sala para refeições e pausas). A mediação do diálogo com os Comerciantes através deste Grupo é fundamental para garantir a maior taxa de satisfação dos Comerciantes envolvidos nas mudanças, bem como nos restantes.

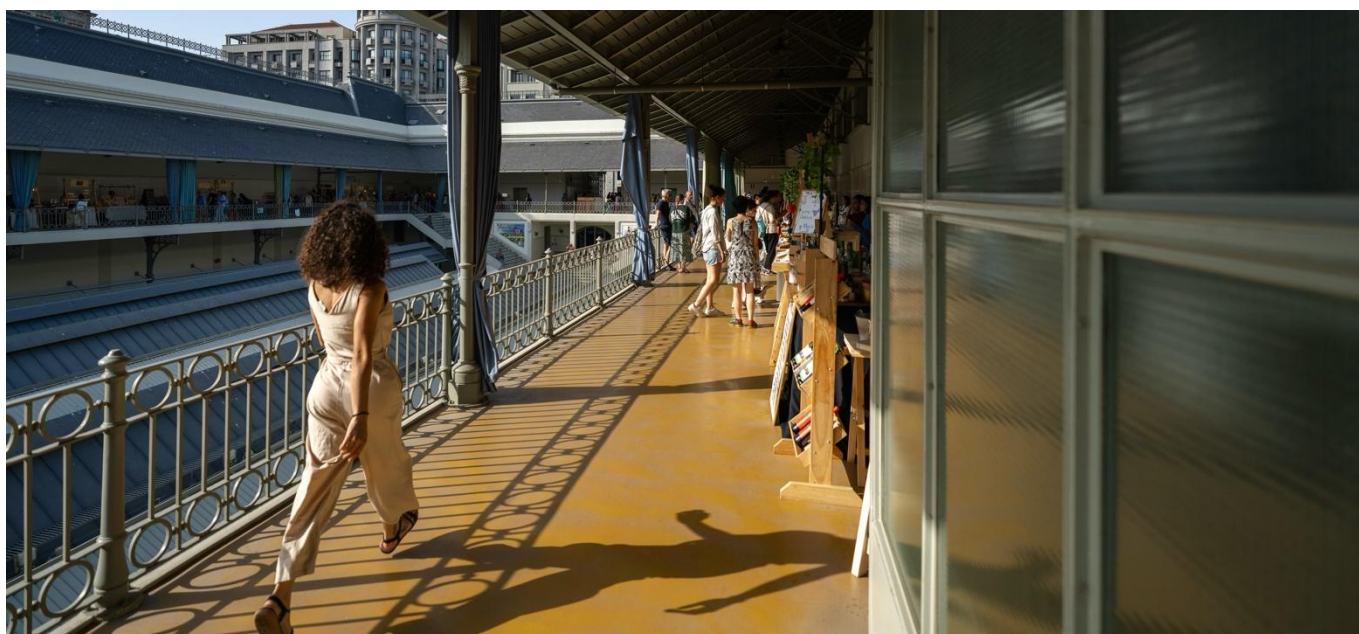


Figura 1. Galeria Mercado do Bolhão ©Luís Moura

1.1. Estratégia Geral

A estratégia geral do Mercado do Bolhão assenta numa visão que integra a preservação e valorização do seu património histórico e arquitetónico com um modelo de gestão contemporâneo, orientado para a sustentabilidade, para a participação ativa dos comerciantes, para a estimulação da compra no comércio local e para a ligação contínua aos munícipes.

O Bolhão é entendido como um equipamento municipal singular, onde tradição e modernidade coexistem, funcionando simultaneamente como espaço de abastecimento, símbolo identitário da cidade e espaço de vivência de experiências.

Neste contexto, a gestão do mercado tem como princípio estruturante o diálogo permanente com os comerciantes (as “suas gentes”), assumindo a colaboração como condição essencial para o equilíbrio interno, para a clarificação de normas e para a manutenção de um ambiente de trabalho que valoriza a autenticidade e o tradicional como sua génese. Este diálogo sustenta a construção de um espaço coeso, organizado e adaptado aos desafios atuais, promovendo a equidade entre operadores e reforçando o papel do Mercado enquanto ecossistema económico e patrimonial vivo.



Figura 2. Mercado do Bolhão ©Luís Moura

A relação com os munícipes é encarada como eixo prioritário, posicionando o Bolhão enquanto mercado de proximidade, enraizado no quotidiano da cidade e capaz de fomentar vínculos duradouros com a população residente e trabalhadora. A estratégia privilegia a criação de uma identidade de marca que reflita a genuína alma portuense, favoreça a frequência de compra regular no Mercado e reforce a perceção do valor público do espaço. Pretende-se, assim, que o Bolhão seja posicionado como espaço de pertença e como parte integrante da vida urbana dos portuenses, reforçando simultaneamente o consumo local e o envolvimento comunitário.

A valorização patrimonial e arquitetónica constitui outro pilar fundamental, orientado para a proteção e projeção do Bolhão enquanto referência histórica e cultural. A preservação das suas características materiais e imateriais é encarada como fator diferenciador e elemento estratégico da sua identidade, garantindo que a experiência do visitante combina funcionalidade, autenticidade e reconhecimento simbólico. O património do Bolhão é, assim, entendido como ativo estratégico, cuja conservação e interpretação reforçam o posicionamento do Mercado no imaginário coletivo da cidade.

No campo da comunicação, a estratégia orienta-se para a afirmação de uma marca coerente, única e alinhada com os valores do Mercado, promovendo conteúdos que reforcem a sua autenticidade, a tradição e os seus saberes e sabores, bem como a proximidade e a centralidade sociocultural do Bolhão. A comunicação é concebida como instrumento de reforço da ligação emocional ao público, de valorização dos comerciantes e de projeção da identidade do espaço, integrando-se num modelo que combina tradição, contemporaneidade e relevância pública. A programação cultural, gastronómica e comunitária, entendida como elemento estruturante

desta identidade, contribui para posicionar o Bolhão como espaço de encontros, de experiências e de celebração da cultura agroalimentar e da portugalidade.

A estratégia geral do Mercado do Bolhão procura, portanto, consolidar o equipamento enquanto símbolo vivo da cidade, articulando gestão eficiente, valorização patrimonial material e imaterial, participação dos comerciantes, envolvimento dos munícipes e afirmação de uma marca forte, singular e representativa. Trata-se de um modelo que reconhece o valor histórico do Mercado e das suas gentes como sendo a sua génese, ao mesmo tempo que o projeta no futuro, garantindo a sua relevância económica, social e cultural no contexto urbano do Porto e do país.

1.2. Estratégia de Comunicação e Eventos:

Em 2025, o Gabinete de Comunicação e Promoção (GCP) da GO Porto consolidou a estratégia de comunicação, marketing e promoção do Mercado do Bolhão enquanto marca da cidade do Porto. O trabalho desenvolvido centrou-se na dinamização cultural e comercial do Mercado, na valorização dos seus comerciantes e na aproximação ao público, com destaque para a execução de mais de 150 eventos, o reforço da presença digital e o desenvolvimento da aplicação móvel do Bolhão.

A Estratégia de eventos para o Bolhão permaneceu, em 2025, e permanecerá, em 2026, organizada em 4 eixos, conforme se descreve: i) Eixo Agroalimentar, ao nível de eventos direcionados à valorização da área alimentar e gastronómica de produtos: Chef à Moda do Bolhão, showcookings e workshops, Feiras Temáticas, outros; ii)



Figura 3. Showcooking ©Luís Moura

Ativações de Marca, enquanto atividades realizadas por entidades externas com pretensões comerciais, tais como, sessões fotográficas, ações promocionais de marcas, etc.; iii) Programas Especiais, dedicados à vertente de responsabilidade social com vista a promover a literacia na alimentação e na saúde, de onde surge o programa “Dias de Saúde no Bolhão” (De Manhã Começa o Dia, Projeto NABo e Bolhão + Saudável); e iv) Artes e Entretenimento, com diversas atividades culturais, artes e animação, idealmente ligados à sua natureza agroalimentar, tais como, exemplos: ciclo de música “Há Fado no Mercado”, tertúlias literárias, concertos musicais, artes performativas, exposições artísticas, outros.

Através de uma estratégia assente em conteúdos de qualidade, programação regular e uma forte aposta no digital, o Gabinete de Comunicação e Promoção reforçou a notoriedade do Mercado e a sua ligação à comunidade local e turística. Entre as ações mais relevantes destacaram-se o lançamento da segunda temporada da série digital “Há... no Bolhão”, desenvolvida em parceria com o influenciador Gastropiço e centrada na gastronomia e nos bastidores do Mercado; a gestão ativa das redes sociais, com mais de quatrocentas publicações e *stories* e o envio regular de newsletters externas e internas.

Em 2025, foi dada continuidade no acompanhamento audiovisual e fotográfico de várias frentes, como coberturas de eventos e na comunicação das novas lojas, bancas e restaurantes, ou no reforço do vídeo como veículo mais amigo do algoritmo das redes, bem como na consolidação da estratégia mediática, que resultou em mais de 1.500 menções nos meios de comunicação nacionais e internacionais. A nível digital, destacou-se o desenvolvimento da aplicação móvel do Bolhão, cujo lançamento está previsto para o final de 2025 e que constitui uma das bases da estratégia futura do Gabinete. Estas iniciativas reforçaram a imagem de autenticidade e dinamismo do Mercado, criando uma base sólida para o plano de continuidade e expansão em 2026.

Em 2026, a atividade operacional do GCP entrará numa nova fase, orientada para o aprofundamento estratégico, o uso inteligente dos dados recolhidos e o reforço e a consolidação da relação direta com o público portuense. “É Cá do Bairro” será mais do que uma campanha promocional, mas um movimento identitário e participativo, que celebra o quotidiano do Porto e o valor das suas tradições. Através de uma linguagem visual e verbal próxima, acessível e enraizada no humor e na autenticidade portuense, a comunicação procurará aproximar gerações, estimular a compra periódica da população economicamente ativa que reside ou trabalha na envolvente do Mercado do Bolhão.

Paralelamente, prevê-se a realização de reuniões e estudos que possam, eventualmente, permitir o lançamento de benefícios comerciais específicos para os residentes do concelho do Porto, traduzidos em descontos, vales e campanhas exclusivas de fidelização, acessíveis através da nova aplicação móvel. A app permitirá aos utilizadores acumular pontos, usufruir de ofertas personalizadas e receber notificações sobre eventos, promoções e

conteúdos de bastidores. Pretende-se que esta plataforma funcione como um elo permanente entre o Bolhão e o seu público, tornando a experiência de compra mais envolvente, prática e emocionalmente gratificante.

O GCP pretende também desenvolver parcerias estratégicas com operadores de transporte público, nomeadamente STCP e Metro, para promover a mobilidade sustentável e o acesso facilitado ao Mercado. Estas sinergias poderão incluir descontos em bilhetes, campanhas cruzadas, passatempos conjuntos e ações de comunicação partilhadas, reforçando o posicionamento do Bolhão como um destino acessível, sustentável e integrado na malha urbana da cidade.



Figura 4. Mercado do Bolhão ©Luís Moura

Outra vertente essencial de 2026 será a utilização estratégica dos dados recolhidos nos estudos de mercado realizados em 2025, que permitirão ajustar a comunicação e a oferta às diferentes tipologias de visitantes, segmentar de forma mais eficaz as campanhas digitais e otimizar a gestão da programação e das ativações. A análise dos dados comportamentais, cruzada com as métricas de presença digital, afluências e outros hábitos de utilização do Mercado, permitirá aprimorar a estratégia de posicionamento e desenvolver iniciativas baseadas em evidência, promovendo um modelo de marketing e de gestão mais inteligente e orientado por dados.

O Bolhão continuará a investir na criação e valorização dos seus grandes momentos anuais (São João, Aniversário da Reabertura e Natal), assumindo-os como pilares fundamentais da sua identidade e como momentos de afirmação da sua ligação à cidade. Cada uma destas celebrações será trabalhada com uma abordagem imersiva, combinando programação cultural, ativações de marca e conteúdos digitais de elevada qualidade. O objetivo passa por reforçar o Bolhão como “estrela” da cidade, um espaço que concentra tradição, contemporaneidade e emoção em partes iguais.

Em 2026, o Mercado do Bolhão procurará também expandir o seu papel enquanto promotor de experiências agroalimentares, incorporando no seu programa formatos inovadores como os jantares temáticos — a exemplo da primeira edição do *À Bolhão Prato*, realizada a 29 de outubro de 2025 no Mercado, que transformou o espaço num ambiente de sabores, memórias e partilhas, com pratos confeccionados a partir de produtos das bancas e participação ativa de comerciantes. Pretende-se, efetivamente, consolidar o formato dos jantares temáticos *À Bolhão Prato*, cuja primeira edição, em 2025, demonstrou o potencial do Mercado como espaço de encontro

entre gastronomia, comunidade e tradição. Estes momentos, concebidos para promover o consumo consciente e a valorização dos produtos locais, aproximam os visitantes dos comerciantes e das suas histórias, criando experiências únicas que ligam o saber fazer à degustação. A aposta passa também pela criação de novos eventos e parcerias gastronómicas que estimulem o conhecimento dos produtos, incentivem o consumo no mercado e fortaleçam a ligação entre produtores, chefs e público.



Figura 5. À Bolhão Prato ©Luís Moura

Este investimento visa transformar o Mercado num verdadeiro centro de valorização da cultura agroalimentar do Porto, promovendo o contacto direto entre consumidores, produtores e cozinheiros, e despertando o gosto pela gastronomia local e pelos hábitos de compra no mercado tradicional. A colaboração com instituições académicas, marcas e entidades do setor gastronómico será fundamental para reforçar esta dimensão educativa e experiencial, consolidando o Bolhão como referência nacional na promoção da alimentação tradicional, inovação culinária e experiências únicas.

No plano digital, a publicação da aplicação móvel do Bolhão, previsto para o final de 2025, será uma das maiores apostas de 2026. Após o lançamento, a app será ampliada com funcionalidades interativas, como o programa de fidelização, notificações inteligentes, integração com redes sociais e campanhas exclusivas para membros. Este investimento visa transformar a aplicação num verdadeiro canal de relacionamento com o público, combinando conveniência, proximidade e personalização.

A experiência física no espaço do Mercado será também alvo de melhorias concretas, com a implementação de novas sinaléticas de chão mais orientativas e funcionais, que facilitarão a circulação, melhorarão a acessibilidade e tornarão a experiência de visita mais intuitiva, inclusiva e confortável. Esta intervenção, aliada a outras medidas de ambientação e valorização estética, pretende reforçar o sentimento de acolhimento e de organização no espaço, potenciando o fluxo natural de visitantes e o tempo médio de permanência no mercado.

Por fim, será dada continuidade ao trabalho de consolidação de parcerias e sinergias estratégicas com entidades do setor agroalimentar, cultural, institucional e empresarial. O objetivo é criar projetos conjuntos que

contribuam para o desenvolvimento da economia local e para a valorização da marca Bolhão, num modelo *win-win* de colaboração. Estas parcerias poderão traduzir-se em eventos partilhados, programas educativos e iniciativas de responsabilidade social, reforçando o papel do Mercado como plataforma de encontro entre tradição e inovação.

Em suma, o ano de 2026 será um período de afirmação e aprofundamento. O Bolhão procurará consolidar o seu estatuto enquanto símbolo vivo da cidade, moderno na gestão e autêntico na essência, aproximando-se mais dos portuenses, integrando dados e tecnologia ao serviço da experiência humana e continuando a ser um espaço de partilha, descoberta e orgulho coletivo.

Em termos de objetivos específicos, definem-se os seguintes:

- Reforçar a ligação com o público portuense através do lançamento e consolidação da campanha “É Cá do Bairro”, transformando-a num movimento identitário e participativo que promova a redescoberta do mercado tradicional, o reforço dos laços de vizinhança e o consumo local, com comunicação centrada na autenticidade e humor portuense;
- Expandir o papel do Bolhão enquanto promotor de experiências agroalimentares, posicionando-o como centro de valorização dos produtos locais e da gastronomia tradicional do Porto, através da criação de novos formatos de *showcookings*, jantares temáticos e colaborações com chefs, produtores e instituições de ensino;
- Implementar o programa de fidelização do Bolhão, integrado na aplicação móvel, com possibilidade de atribuição de benefícios comerciais exclusivos para residentes do concelho do Porto (mediante adesão

dos comerciantes), permitindo acumulação de pontos, acesso a descontos e ofertas personalizadas, reforçando o sentimento de pertença e estimulando a frequência de visita ao mercado;

- Consolidar o ecossistema digital do Bolhão, através da evolução da aplicação móvel, da criação de campanhas personalizadas baseadas em dados comportamentais, da integração com redes sociais e do desenvolvimento de conteúdos multimédia que aumentem o *engagement* e a notoriedade digital;
- Aprofundar o uso de dados e inteligência de mercado recolhidos em 2025 para orientar decisões estratégicas, segmentar públicos, ajustar a oferta de eventos e melhorar a eficácia das campanhas de comunicação, promovendo uma cultura de gestão baseada em evidência e métricas de desempenho;
- Manter e expandir a programação sob os quatro eixos estratégicos (Agroalimentar, Ativações de Marca, Programas Especiais e Artes & Entretenimento) garantindo uma calendarização contínua de eventos de qualidade que combinem tradição, criatividade e autenticidade;
- Reforçar os programas de responsabilidade social no âmbito do eixo “Programas Especiais”, com particular atenção à educação alimentar, saúde pública e literacia nutricional, através da expansão de projetos como “Dias de Saúde no Bolhão”, “Bolhão + Saudável” e “De Manhã Começa o Dia”;
- Consolidar os grandes momentos de marca, (São João, Aniversário da Reabertura e Natal), como âncoras de comunicação e experiência, apostando em campanhas imersivas, ativações comunitárias e parcerias criativas que reforcem o posicionamento do Bolhão como “estrela” da cidade do Porto;
- Melhorar a experiência física dos visitantes com a implementação de sinaléticas de chão mais orientativas e funcionais, bem como outras soluções visuais e

ambientais que otimizem a circulação, reforcem a acessibilidade e aumentem o conforto e o tempo médio de permanência;

- Estabelecer novas parcerias estratégicas com operadores de transporte público, nomeadamente STCP e a Metro do Porto, ou com o Cartão Porto., criando sinergias que promovam a mobilidade sustentável, o acesso facilitado ao mercado, com vantagens comerciais para os locais, e campanhas cruzadas para valorização do espaço;
- Desenvolver a terceira temporada da série digital “Há... no Bolhão”, ampliando o conceito com novo protagonista e formatos que explorem a autenticidade dos comerciantes, as histórias do mercado e os bastidores da vida quotidiana, reforçando a ligação emocional com os públicos;
- Otimizar a assessoria de imprensa e a comunicação mediática, com o objetivo de manter ou superar os 1.500 resultados mediáticos anuais, através de estratégias proativas de *storytelling*, contacto direto com jornalistas e colaboração com meios digitais e audiovisuais;
- Promover a sustentabilidade e a eficiência operacional da comunicação, reduzindo materiais impressos, reforçando a comunicação digital e fomentando práticas alinhadas com as metas ambientais do Município do Porto;
- Monitorizar e avaliar continuamente o impacto das ações do GCP, através da criação de indicadores de desempenho para as áreas de comunicação digital, eventos, fidelização e notoriedade de marca, assegurando uma gestão mais orientada a resultados.

B.2. CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

No âmbito da gestão de Obras, e tendo por base as ações previstas nas áreas de Direção de Produção e do Gabinete do Espaço Público, estima-se que, para o período de plano 2026 – 2030, a atividade operacional da GO Porto assentará numa série de empreendimentos de contratação pública (empreitadas, projetos, fiscalização e outros bens e serviços conexos), cujo valor total de investimentos rondará os 327 milhões de euros (c/IVA incluído).

Sob a perspetiva das rubricas orçamentais de atuação do Município do Porto, os empreendimentos que mais se destacam no referido período de plano 2026 - 2030, são os seguintes (cf. Anexo I do presente documento):

1. Património e Equipamentos Culturais:

Nesta rubrica orçamental, encontram-se em curso as empreitadas de reabilitação da Escola de Artes Balle teatro e do Teatro Municipal do Campo Alegre. Destaca-se a requalificação da Biblioteca Pública Municipal do Porto, atualmente em concurso público de empreitada, na fase de apresentação de propostas, prevendo-se o início da empreitada em 2026.

Também a destacar, a reabilitação do Museu CACE, em fase de revisão de projeto e, a reabilitação do Palácio São João Novo, em fase de execução de estudos auxiliares para projeto.

Nesta rubrica, no âmbito da reconversão do Antigo Matadouro Industrial do Porto, encontram-se em fase de revisão os projetos para os espaços sob a alçada

municipal, prevendo-se o início das respetivas empreitadas em 2026

2. Comércio:

Nesta rubrica, destaque no primeiro ano de plano, para a intervenção na Praça da Vandoma, com aplicação de proteções e gradeamentos.

Posteriormente, estão previstas intervenções na Rua Estação de Contumil, com a construção de instalações sanitárias e da fiscalização e na Praça de Santo Ildefonso, ao nível da iluminação.

3. Educação:

Na rubrica da educação, encontram-se em curso a empreitada de requalificação da Escola Básica da Ponte e a empreitada de Arranjos exteriores da Escola Secundária Alexandre Herculano.

Destacam-se os projetos, em curso, para a requalificação de escolas do Ensino Básico, nomeadamente, para a EB Nicolau Nasoni, a EB Eugénio de Andrade e a EB Francisco Torrinha, cujas empreitadas se prevê iniciar em 2027.

Também a destacar, o projeto de reabilitação da Escola Secundária Infante D. Henrique, o qual se encontra em fase de candidaturas de concurso público com prévia qualificação.



Figura 6. Escola Industrial Infante D. Henrique ©Luís Moura

4. Natureza e Espaços Verdes:

Nesta rubrica está em curso a empreitada de conservação e restauro das Instalações Sanitárias do Passeio Alegre, cuja conclusão está prevista para 2026.

Encontra-se em desenvolvimento o projeto de remodelação do Edifício Administrativo do Cemitério de Agramonte, cuja empreitada se prevê iniciar em 2026 e, em fase de projeto, as intervenções previstas na Quinta de Salgueiros – Biolab, os Centros de Educação Ambiental na Quinta do Covelo e no Palácio de Cristal e Espaços de Jogo e Recreio a construir no espaço público.

5. Cuidados de Saúde Primários:

Nesta rubrica, destacam-se as intervenções em Centros de Saúde, com empreitadas, já a decorrer ou previstas iniciar em 2026, nomeadamente nas Unidades do Cerco, de Azevedo de Campanhã, Garcia de Orta, Carvalho e Porto d'Ouro, bem como a reabilitação das salas de radiologia do CDP.

Também a destacar, em curso, os projetos dos Centros de Saúde de Aldoar, Vale Formoso, Santos Pousada e Porto Centro e, em fase de contratação de projeto, o Centro de Saúde da Foz do Douro.



Figura 7. Centro de Saúde Porto Douro ©Luís Moura

6. Desporto Ativo:

Nesta rubrica orçamental, decorre a empreitada do Campo Municipal de Campanhã, cuja conclusão está prevista para 2026. Mais se refere, o Parque Desportivo

Municipal Oriental, atualmente com projeto em curso e cuja empreitada se prevê iniciar em 2026.

7. Valorização do Ambiente Urbano e Espaço Público:

Nesta rubrica, de significativa relevância orçamental, preveem-se grandes intervenções na via pública, coordenadas com as diversas concessionárias e entidades responsáveis pelas infraestruturas subterrâneas. Atualmente em curso, destacam-se as empreitadas na Rua Galeria Paris, Rua Bartolomeu Velho, Ruas Justino Teixeira e Monte da Estação e, no âmbito do Programa Rua Direita, em curso as Ruas Monte de Ramalde, Francos, Padre António Coutinho, Travagem e Pisca, Rua e Travessa de Requesende, Rua Dionísio Santos Silva e Bouça, Ruas Direita do Viso, Central do Viso e Travessa Central do Viso, Rua e Travessa da Lomba, Travessa de Vera Cruz e Rua do Lourenço, Rua e Travessa da Póvoa, Rua Agra de Ramalde, Travessa das Cruzes e Rua da Calçada, Travessa da Regeneração e Ruas das Musas, Raúl Dória e Fábrica Social, Travessa e Caminho da Asprela e Ruas da Presa Velha, Formiga, Nova Sintra e Novais da Cunha.

Em 2026, estão ainda previstas iniciar, ou dar continuidade, as empreitadas de construção do Loteamento do Monte Pedral, da Requalificação do Espaço Público de Lordelo do Ouro (Lote 1), da reabilitação urbana de Azevedo de Campanhã (Fase 2), da Praça da Corujeira, da Praça Pedro Nunes, Ruas Ricardo Severo e Largo da Paz, da Rua Arquiteto Lobão Vital, da Rua de Mota Pinto e da Praceta Gonçalves Coelho, da Rua Beato Inácio de Azevedo, da Rua Joaquim Leitão, das Ruas do Cativo e Porta do Sol, da Rua Monte Pedral, da Praceta Maestro Resende Dias e ainda da reabilitação de Obras de Arte na Via Panorâmica e Rua de Entrecampos.

Também a destacar, em execução ou em fase de contratação, os Projetos das seguintes intervenções, nomeadamente, reabilitação de 24 Obras de Arte (viadutos, pontes e túneis), a reabilitação da Rua S. Dinis, Rua e Travessa de Nove de Abril e Travessa do Carvalhido, Largo, Rua e Travessa da Fontinha, Rua Capitão Pombeiro e Travessa da Calçada, Rua Dom João Coutinho e Rua Padre Diamantino Gomes, Rua da Madeira, Rua das Andreias (Fase 3), Rua de Antero de Quental, Rua de Barbosa du Bocage, Rua Nau S. Rafael, Rua de Pereiró, Rua D. Estevão da Gama e Travessa de Baixo de Pereiró,

Rua de Salazares e Rua da Preciosa, Rua do Seixal, Rua das Eirinhas (Fase 2), Rua General Sousa Dias, Rua Duque de Loulé e Rua Saraiva de Carvalho, Rua Sarmento Beires, Rua Sport Comércio e Salgueiros, Rua da Sociedade Protetora dos Animais, Rua de Vale Formoso, arruamentos diversos na Lapa, Travessa da Arrábida, arruamento de ligação da Rua Dr. Júlio de Matos à Rua Henrique Sousa Reis e Obras de Urbanização da UOPG1 – Unidades de Execução UE1, UE2 e UE3 – Avenida Nun'Álvares.



Figura 8. GEP - Rua de Cimo de Vila e Outras ©Luís Moura

No âmbito da Intervenção do Gabinete do Espaço Público, prevê-se continuar a colaboração estreita com os programas municipais de mobilidade sustentável, mormente as intervenções associadas ao programa Rede 20 com enfoque na obra das Rua e Travessa de Cimo de Vila e Travessa do Cativo, bem como com as iniciativas de pedonalização e requalificação urbana como a Avenida de Camilo. Centrar-se-á também a ação do GEP na intervenção de redimensionamento de caldeiras de árvores e espaços ajardinados, onde se prevê a intervenção em cerca de 500 caldeiras no ano de 2026. Será mantida a intervenção “*ad continuum*” no melhoramento de arruamentos e acessibilidades em travessias, bem como com o incremento da segurança. Ainda na área ambiental manter-se-á a colaboração com o programa Porto + Permeável – gerido pela Águas e Energia do Porto, EM -, no sentido de potenciar a retenção e infiltração de água no subsolo do espaço público, bem como o direcionamento para a reutilização de materiais, sobretudo granitos em lancis e guias, na beneficiação arruamentos e mais espaços de uso público.

8. Transição Modal:

Nesta rubrica, está em curso a empreitada da ciclovia de ligação Asprela-Campanhã, com conclusão prevista no ano de 2026. Destaca-se ainda, em fase de contratação de empreitada, em agrupamento de entidades com o Município de Matosinhos, a ciclovia de ligação Porto – São Mamede de Infesta.

Prevê-se iniciar brevemente a empreitada das ligações mecanizadas e percursos pedonais do Palácio de Cristal, também com conclusão prevista no ano de 2026.

9. Gestão dos Serviços Municipais:

Nesta rubrica orçamental, encontra-se prevista para 2026 a contratação e desenvolvimento do projeto para a construção de Hangar no Regimento de Sapadores Bombeiros do Porto, assim como, a contratação de projeto e de empreitada para a remodelação de instalações destinadas ao Serviço Municipal da Proteção Civil do Porto.

10. Gestão dos Serviços Municipais - Outros:

Nesta rubrica orçamental encontra-se a dotação orçamental para gastos diversos com consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços, complementares aos empreendimentos previstos nas rubricas anteriores com a natureza de despesas correntes.

C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual

C.1. PLANO DE INVESTIMENTO

Conforme quadro seguinte, e integralmente assegurado com recurso a autofinanciamento, estima-se que o valor total de investimentos no período de plano atingirá os 627,1 mil euros:

INVESTIMENTO	2026	2027	2028	2029	2030
Activos Fixos Tangíveis	99 000,00	17 500,00	102 500,00	87 500,00	107 500,00
Equipamento administrativo	95 000,00	15 000,00	100 000,00	85 000,00	105 000,00
Outros activos fixos tangíveis	4 000,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
Activos Intangíveis	111 098,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Programas de computadores	75 150,00	144 583,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Programas de computadores - Inv em curso	35 948,00	-134 583,00	0,00	0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros	12 025,94	12 636,64	12 942,87	12 159,77	12 208,48
Fundo de compensação de trabalho	12 025,94	12 636,64	12 942,87	12 159,77	12 208,48
Total	222 123,94	40 136,64	125 442,87	109 659,77	129 708,48

Tendo por referência o ano de plano 2026 e, concretamente, a rubrica Equipamento Administrativo em Ativos Fixos Tangíveis, o valor previsto de 95 mil euros, reporta-se à aquisição de equipamentos diversos, tais como, equipamentos de rede de sistemas de informação, servidores novos, unidades de UPS, e equipamento fotográfico e videográfico.

No caso dos Ativos Fixos Intangíveis, destaca-se no primeiro ano de plano, o investimento de 75,2 mil euros em programas de computador relativo ao Projeto TO-BE, com a aquisição das aplicações de Cadastro e de Ativos para a área de Gestão e Exploração.

C.2. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

No âmbito do orçamento em plano, e conforme demonstrado no quadro seguinte, a estrutura prevista de recursos humanos da GO Porto aponta para 61 efetivos no primeiro ano (2026) e para um número constante de 62 efetivos, entre os anos de 2027 e 2030, para além de 3 administradores, dos quais, 2 são administradores executivos:

ÁREAS		2026	2027	2028	2029	2030
Secrariado da Administração		1	1	1	1	1
Assessoria Técnica		1	1	1	1	1
	Direção	1	1	1	1	1
	Coordenação					
Gabinete Comunicação e Promoção	Adjuntos/as	1	1	1	1	1
	Marketing e Comunicação	2	2	2	2	2
	Design		1	1	1	1
	Redes Sociais	1	1	1	1	1
	Imagem/Fotografia	1	1	1	1	1
Gabinete do Espaço Público	Coordenação	1	1	1	1	1
	Gestão de Empreendimentos	2	2	2	2	2
Produção	Direção	1	1	1	1	1
	Adjuntos/as	2	2	2	2	2
	Assistente de Direção	1	1	1	1	1
	Gestão de Empreendimentos	15	15	15	15	15
	Fiscalização	2	2	2	2	2
Exploração	Direção	1	1	1	1	1
	Adjuntos/as	1	1	1	1	1
	Gestão Exploração MB	3	3	3	3	3
	Manutenção	2	2	2	2	2
	Direção	1	1	1	1	1
Administrativa e Financeira	Financeira	3	3	3	3	3
	Coordenação	1	1	1	1	1
	Melhoria e Sustentabilidade	2	2	2	2	2
	Coordenação	1	1	1	1	1
	Gestão de Pessoas	1	1	1	1	1
	Coordenação	1	1	1	1	1
	Sistemas de Informação	2	2	2	2	2
	Centro documental	3	3	3	3	3
	Técnico Superior DAF	1	1	1	1	1
	Direção	1	1	1	1	1
Jurídico	Adjuntos/as	1	1	1	1	1
	Juristas	3	3	3	3	3
	Técnico Superior DJ	1	1	1	1	1
Total	61	62	62	62	62	

Face ao número de efetivos previsto no final do corrente exercício de 2025 (56), a variação prevista, em 2026, de mais 5 efetivos, justifica-se da forma seguinte:

- Na Direção de Produção, dois (2) gestor de empreendimentos, com admissão prevista a partir do primeiro trimestre e dotação orçamental de 98,8 mil euros; um (1) segundo gestor de empreendimentos, com admissão prevista a partir do quarto trimestre e dotação orçamental de 12,4 mil euros; e um (1) técnico especializado para a função de fiscalização, com admissão prevista a partir do segundo trimestre e dotação orçamental de 17,9 mil euros;

- Na Direção Administrativa e Financeira, um (1) técnico superior (com função a definir), com admissão prevista a partir do terceiro trimestre e dotação orçamental de 19,3 mil euros. Acresce a previsão de saída (-1), por apresentação, de uma técnica superior de Contabilidade.

- Na Direção Jurídica, um (1) técnico superior com função de Jurista, com admissão prevista a partir do terceiro trimestre e com dotação orçamental de 17,2 mil euros;

A variação de mais 1 efetivo, em 2027, face à 2026, está justificada pela admissão prevista, a partir do início do ano, de um (1) técnico superior para a área do Gabinete de Comunicação e Promoção, com a função de Designer, com uma dotação orçamental neste segundo ano de plano, de 33,3 mil euros.

Por fim, e no que aos gastos de pessoal diz respeito, dá-se nota da existência de uma dotação orçamental, em 2026, de aproximadamente 28 mil euros, tendo em vista enquadrar uma eventual revisão orgânica, de cargos e funções, em algumas áreas da empresa.

No âmbito da Gestão de Pessoas, e à semelhança dos últimos exercícios económicos, a GO Porto prevê a continuidade e consolidação dos seus procedimentos de valorização pessoal e profissional:

- Sistema de Gestão de Desempenho (SGD): Procedimento periódico de avaliação de desempenho dos colaboradores, do qual, decorrem os respetivos Planos de Desenvolvimento Pessoal e Profissional, base para elaboração do Plano de Formação, bem como o registo de resultados obtidos que, de acordo com o Regime de Carreiras em vigor, impactam na progressão de carreira do colaborador;

- Plano de Formação (PF): Procedimento fundamental para o fortalecimento do conhecimento organizacional, pessoal e profissional dos seus colaboradores, elevação do nível técnico de cada um e da empresa, comprometendo-se a empresa, aferir a eficácia de cada ação de formação e a avaliar a qualidade de cada uma das entidades formadoras a contratar para o efeito;

- Plano para a Igualdade de Géneros (PIG): Procedimento essencial para a promoção de uma igualdade de tratamento entre homens e mulheres, através do diagnóstico periódico à situação vivida na empresa, definição de medidas que promovam a eliminação de eventuais discriminações em função do sexo e que fomentem a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;

- Regime de Carreiras (RC): Procedimento fundamental para o entendimento dos colaboradores, quanto ao seu posicionamento remuneratório e forma de progressão na organização, como estratégia de lhes garantir potencial para a uma melhoria contínua, em concreto, dos seus desempenhos e, no geral, da empresa na prossecução da sua missão e objetivos. Este RC encontra-se associado ao SGD, com este a atribuir a acumulação de pontos necessária à progressão prevista no âmbito do RC, visando garantir a promoção de uma cultura organizacional de transparência, equidade e motivação dos trabalhadores.

No caso do referido Regime de Carreiras, o impacto orçamental, em 2025, decorrente das progressões previstas, está estimado em 103,2 mil euros, incluindo, um valor de 51,5 mil euros, relativo à atribuição de formação executiva prevista nesse regime.

D – Plano Financeiro Anual e Plurianual

Tabela de pressupostos adstrita à elaboração do presente orçamento:

PRESSUPOSTOS	2026	2027	2028	2029	2030
Taxa de inflação	1,80%	1,90%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de Juro nominal cp	1,15%	1,15%	1,15%	1,15%	1,15%
Tempo médio de recebimento (em dias)	30	30	30	30	30
Tempo médio de pagamento (em dias)	30	30	30	30	30
Taxa média de crescimento dos salários	3,41%	3,77%	3,89%	4,00%	4,01%

No período 2026 – 2030, estima-se o Plano Financeiro seguinte:

PLANO DE FINANCIAMENTO	2026	2027	2028	2029	2030
INVESTIMENTO					
Activo Não Corrente (Imobilizado)	222 123,94	40 136,64	125 442,87	109 659,77	129 708,48
Fundo de Maneio - acréscimo das necessidades n	-109 531,62	62 663,31	-19 981,91	-14 337,62	-26 795,35
Total	112 592,32	102 799,94	105 460,96	95 322,15	102 913,13
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO					
Autofinanciamento	112 592,32	102 799,94	105 460,96	95 322,15	102 913,13
Total	112 592,32	102 799,94	105 460,96	95 322,15	102 913,13

No período em plano, a previsão de rendimentos da GO Porto decorre, por um lado, da gestão e exploração dos imóveis colocados à consideração da empresa pela Autarquia – no âmbito do Contrato-Programa firmado com o Município do

Porto - e, por outro lado, da atividade operacional de gestão de empreendimentos (obra), neste caso, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos (Contrato Mandato), igualmente, firmado entre as partes.

As projeções efetuadas pela GO Porto nos presentes IGP, têm como premissa a presunção de que os tempos de recebimento e a capacidade de solvência da Autarquia se manterão, no período 2026 – 2030, idênticos aos dos últimos exercícios findos, pressuposto fundamental para a manutenção do fundo de maneiço da empresa, uma vez que, permanece a incapacidade legal de livre recurso ao financiamento por parte das empresas locais.

Neste sentido, no quadro seguinte estão descritos os agregados económico-financeiros principais, onde se destacam os indicadores de referência relacionados com a liquidez geral e autonomia financeira, que atestam a prevista boa capacidade da GO Porto em fazer face às obrigações de curto e longo prazo, dando honra aos seus compromissos financeiros através de capitais próprios:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIRO	2026	2027	2028	2029	2030
RESULTADOS					
EBITDA	121 497,01	111 388,94	114 446,91	104 408,94	111 961,28
Resultado Financeiro	5 150,00	5 150,00	5 150,00	5 150,00	5 150,00
Resultado Líquido do Período	6 256,46	5 933,20	5 607,05	5 695,06	5 557,40
RENDIMENTOS					
Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e	42 215 940,61	80 857 419,74	80 568 003,98	78 214 920,04	44 558 812,50
Subsídio à Estrutura	4 909 000,00	5 075 000,00	5 186 000,00	5 261 000,00	5 357 000,00
GASTOS					
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	15 748,03	23 622,05	27 559,06	27 559,06	27 559,06
Fornecimentos e Serviços Externos	43 803 239,37	82 529 977,88	82 294 369,10	80 051 553,87	46 473 317,73
Gastos com o Pessoal	3 137 005,91	3 255 500,60	3 305 698,64	3 280 467,89	3 291 044,16
BALANÇO					
Total do Activo	14 553 639,24	14 806 869,42	15 216 521,83	15 557 750,46	15 692 220,21
Total do Activo Não Corrente	6 427 092,06	6 469 361,95	6 593 950,91	6 712 983,59	6 844 336,34
Total do Activo Corrente	8 126 547,18	8 337 507,47	8 622 570,92	8 844 766,87	8 847 883,86
Total do Passivo	13 182 577,50	13 429 874,48	13 833 919,83	14 169 453,40	14 298 365,75
Total do Passivo Não Corrente	6 033 293,84	6 133 293,84	6 233 293,84	6 333 293,84	6 433 293,84
Total do Passivo Corrente	7 149 283,66	7 296 580,64	7 600 625,99	7 836 159,56	7 865 071,91
Total do Património Líquido	1 371 061,75	1 376 994,95	1 382 602,00	1 388 297,06	1 393 854,46
INDICADORES					
Liquidez Geral	1,14	1,14	1,13	1,13	1,12
Autonomia Financeira	9,42%	9,30%	9,09%	8,92%	8,88%
Autofinanciamento	112 592,32	102 799,94	105 460,96	95 322,15	102 913,13
Fundo de Maneio	-109 531,62	62 663,31	-19 981,91	-14 337,62	-26 795,35

Para o período em plano 2026 – 2030, a GO Porto apresenta em todos os anos, resultados positivos nas rubricas de EBITDA e de Resultados Líquidos, perfazendo os somatórios de €563.703,08 e €29.049,17, respetivamente.

E – Demonstrações Previsionais [NCP 26]

No âmbito do SNC-AP, tendo presente que o subsistema da contabilidade orçamental foi autonomizado nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, e tratado na Classe 0 – Contabilidade Orçamental, estabeleceram-se conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais, com vista a assegurar a comparabilidade com exercícios anteriores e com outras entidades.

Neste sentido, neste capítulo estão relevadas as demonstrações previsionais que identificam a forma, e os respetivos valores, que se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização, tendo por base os quadros seguintes:

E.1. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Conforme se observa no quadro seguinte, para o período em plano 2026 – 2030, entre o total de despesas e receitas correntes, observa-se um saldo corrente superavitário em todos os exercícios, e suficiente para garantir um saldo primário igualmente positivo, após a dedução das despesas de capital, tendo em consideração a inexistência de previsão de receitas deste género:

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL		ORÇAMENTO PARA O ANO 2026			PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL			
RUB.	DESIGNAÇÃO	PERÍODOS ANTERIORES	2026	SOMA	2027	2028	2029	2030
	Receita corrente	603 630,46	49 056 495,39	49 660 125,85	89 105 184,68	88 674 251,00	86 162 717,24	52 176 542,06
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos Diretos	633,96	7 660,27	8 294,23	6 763,95	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
R5.2	Subsídios Correntes	0,00	4 909 000,00	4 909 000,00	5 075 000,00	5 186 000,00	5 261 000,00	5 357 000,00
R6	Venda de bens e serviços	350 000,00	43 384 280,10	43 734 280,10	83 770 652,84	83 140 009,01	79 949 488,72	45 802 217,01
R7	Outras Receitas Correntes	252 996,50	750 355,03	1 003 351,53	247 567,88	343 041,98	947 028,52	1 012 125,05
	Receita de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo gerência anterior - oper. orçamenta	7 040 533,95	339 477,17	7 380 011,12	7 565 160,73	7 787 723,06	7 806 928,83	7 836 752,97
	Receita efetiva (1)	603 630,46	49 056 495,39	49 660 125,85	89 105 184,68	88 674 251,00	86 162 717,24	52 176 542,06
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Total (3) = (1) + (2)	603 630,46	49 056 495,39	49 660 125,85	89 105 184,68	88 674 251,00	86 162 717,24	52 176 542,06
	Despesa corrente	280 145,95	48 770 056,26	49 050 202,21	88 873 573,43	88 300 370,80	86 011 426,70	51 989 984,44
D1	Despesas com o pessoal							
D1.1	Remunerações certas e permanentes	50 645,95	2 319 078,95	2 369 724,90	2 465 997,99	2 510 638,14	2 476 936,88	2 479 014,07
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	116 786,15	116 786,15	120 139,73	123 593,93	127 151,74	130 816,30
D1.3	Segurança Social	33 000,00	635 918,25	668 918,25	691 436,82	698 175,40	705 719,31	710 441,41
D2	Aquisição de bens e serviços	196 500,00	45 474 417,52	45 670 917,52	85 530 340,63	84 902 300,30	82 659 341,77	48 628 348,15
D3	Juros e outros encargos	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	223 805,38	223 805,38	65 608,25	65 613,03	42 226,99	41 314,52
	Despesa de capital	0,00	270 446,48	270 446,48	46 461,64	151 317,87	132 084,77	156 733,48
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	258 420,54	258 420,54	33 825,00	138 375,00	119 925,00	144 525,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	12 025,94	12 025,94	12 636,64	12 942,87	12 159,77	12 208,48
	Despesa efetiva (4)	280 145,95	49 040 502,73	49 320 648,68	88 920 035,06	88 451 688,67	86 143 511,47	52 146 717,93
	Despesa não efetiva (5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa Total (6) = (4) + (5)	280 145,95	49 040 502,73	49 320 648,68	88 920 035,06	88 451 688,67	86 143 511,47	52 146 717,93
	Saldo Total (3) - (6)			339 477,17	185 149,61	222 562,33	19 205,77	29 824,14
	Saldo Global (1) - (4)			339 477,17	185 149,61	222 562,33	19 205,77	29 824,14
	Despesa Primária			49 320 648,68	88 920 035,06	88 451 688,67	86 143 511,47	52 146 717,93
	Saldo Corrente			609 923,64	231 611,25	373 880,20	151 290,54	186 557,62
	Saldo de Capital			-270 446,48	-46 461,64	-151 317,87	-132 084,77	-156 733,48
	Saldo Primário			339 477,17	185 149,61	222 562,33	19 205,77	29 824,14

E.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

Nos termos do quadro infra, e tendo por referência o plano plurianual de investimentos para o período de 2026 – 2030, a GO Porto discrimina os investimentos, tendo em consideração os valores realizados em anos anteriores e as estimativas para o exercício corrente.

No final do referido período de plano, e tendo em consideração os valores de exercícios anteriores, estima-se um total de despesas orçamentais em investimentos na ordem dos 1.160 mil euros, exclusivamente, financiadas através de recursos próprios:

Objectivo (1)	N.º do projeto (2)	Designação do Projeto (3)	Rubrica orçam. (4)	Forma de realização (5)	Fonte de financ.				Datas		Fases de Exec. (12)	Realizado em períodos anteriores (13)	Estimativa de realização em 2025 (14)	Pagamentos					Total previsto (21) – (13) + (14) + (15) + (16) + (17) + (18) + (19) + (20)		
					RG (6)	RP (7)	EU (8)	EMPR (9)	Início (10)	Fim (11)				Períodos seguintes							
														ANO 2026 (16)	ANO 2027 (17)	ANO 2028 (18)	ANO 2029 (19)	ANO 2030 (20)			
13.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2023/1	TO-BE ERP/RH/Ativos (com interfaces)	D6	O	RP					05/05/2023	31/12/2030	0	1.32.681 €	121.321 €	1.36.651 €	12.300 €	12.300 €	12.300 €	12.300 €	12.300 €	439.853 €
13.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2023/2	Renovação do parque informático	D6	O	RP					01/12/2023	31/12/2030	0	174.862 €	13.530 €	92.250 €	12.300 €	98.400 €	98.400 €	104.550 €	594.292 €	
13.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2023/3	Outros ativos fixos	D6	O	RP					22/02/2023	31/12/2030	0	12.979 €	9.914 €	29.520 €	9.225 €	27.675 €	9.225 €	27.675 €	126.212 €	
SOMA												320.522 €	144.765 €	258.421 €	33.825 €	138.375 €	119.925 €	144.525 €	1.160.357 €		

Formas de realização — utilizar os códigos: (A) para administração direta; (E) para empreitadas; (O) para fornecimentos e outras.

Fontes de financiamento: (RP) receitas próprias, (RG) receitas gerais, (UE) financiamento da UE e (EMPR) contração de empréstimos.

Projeto de investimento — conjunto de ações inter-relacionadas, delimitadas no tempo, com vista à concretização de um objetivo que contribua para a FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO.

Este mapa não contempla os investimentos em ativos financeiros (FCT)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

A – Notas Explicativas ao Orçamento para o Período 2026 – 2030 e Pressupostos

As demonstrações financeiras utilizadas na elaboração dos presentes Instrumentos de Gestão Previsional, estão preparadas nos termos do normativo contabilístico SNC-AP, de acordo com os pressupostos do regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade, e caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

1 – Macroeconómicos:

Conforme demonstrado no Ponto “D – Plano Financeiro Anual e Plurianual” do Capítulo “II – Planos Anuais e Plurianuais”, e tendo por referência o enquadramento das variáveis nacionais macroeconómicas do Banco de Portugal conhecidas à data, no primeiro ano de plano (2026) foi admitida uma taxa de inflação de 1,8%, sendo de 1,9%, em 2027, e de 2,0%, nos restantes três anos de plano (2028 a 2030).

2 – Investimento:

Este ponto encontra-se detalhadamente relatado no Ponto “C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual” do Capítulo “II – Planos Anuais e Plurianuais”.

3 – Prestação de Serviços e Outros Rendimentos:

Em relação aos valores de prestação de serviços e outros rendimentos, apresentam-se nos quadros seguintes as projeções (com e sem IVA) para o período 2026 – 2030, respeitantes às diversas atividades da GO Porto desenvolvidas pelas suas áreas operacionais:

Sem IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	2026	2027	2028	2029	2030
	Montante s/IVA	Montante s/IVA	Montante s/IVA	Montante s/IVA	Montante s/IVA
Vendas e Prestação Serviços					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	40 496 488,42	79 014 862,71	78 686 089,12	76 292 598,56	42 606 277,80
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Contrato de exploração	1 324 821,32	1 438 707,15	1 472 524,54	1 501 932,42	1 531 942,93
total de vendas e prestação de serviços	42 063 309,74	80 695 569,86	80 400 613,66	78 036 530,98	44 380 220,73
Subsidio à Estrutura	4 909 000,00	5 075 000,00	5 186 000,00	5 261 000,00	5 357 000,00
Outros Rendimentos e Ganhos					
Outros não especificados – relevados c/Outros Rend. e Ganhos - Contr. Exploração	152 330,87	161 549,89	167 090,33	178 089,06	178 291,77
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
TOTAL	47 124 940,61	85 932 419,74	85 754 003,98	83 475 920,04	49 915 812,50

Com IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	2026	2027	2028	2029	2030
	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA
Vendas e Prestação Serviços					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	41 998 000,00	81 911 000,00	81 246 000,00	78 027 000,00	43 851 000,00
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	291 187,23	297 430,00	297 429,77	297 429,54	297 429,31
Contrato de exploração	1 479 530,47	1 600 160,44	1 638 366,84	1 671 081,78	1 704 468,80
total de vendas e prestação de serviços	43 768 717,70	83 808 590,44	83 181 796,61	79 995 511,32	45 852 898,11
Subsidio à Estrutura	4 909 000,00	5 075 000,00	5 186 000,00	5 261 000,00	5 357 000,00
Outros Rendimentos e Ganhos					
Outros não especificados – relevados c/Outros Rend. e Ganhos - Contr. Exploração	187 366,97	198 706,36	205 521,10	219 049,54	219 298,88
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
TOTAL	48 865 384,67	89 082 596,81	88 573 617,71	85 475 860,86	51 429 496,99

Ainda que, por norma, se saiba que o Município do Porto procede à liquidação integral da sua dívida às empresas municipais no final de cada período, o prazo médio de recebimentos, considerado nas projeções financeiras 2026 – 2030, é de 30 dias, tendo sido levado em conta no cálculo do mapa de demonstração de fluxos de caixa previsional.

Em termos de IVA, o enquadramento dado às projeções de gastos e rendimentos no período em plano assenta na tabela seguinte:

Tipologia	Regime de IVA
Serviços de empreitada (empreitada, serviços técnicos de projeto, revisão de projeto, PSS, acompanhamento de concurso, fiscalização, fornecimentos e serviços necessários à empreitada, taxas de certificação e de inspeção da obra, indemnizações e multas decorrentes de incumprimento nos contratos de empreitada, etc)	Taxa reduzida
Fornecimentos e Serviços não relacionados com empreitada	Taxa normal
Serviços de manutenção e assistência técnica	Taxa normal
Projetos e estudos em imóveis onde não há expectativa de realização de obra	Taxa normal
Advogados no âmbito de contestação de empreiteiros	Taxa normal
Taxa de tribunal	Não tributado (não sujeito)
Imposto de selo (debitado fora do âmbito de uma obra)	Não tributado (não sujeito)
Juros de mora	Não tributado (não sujeito)
Serviços de gestão	Taxa normal
Receitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - Taxas de mercados e feiras	Isenção de Iva
Receitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - rendas e outras receitas	Taxa normal
Subsídio à Estrutura	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente, do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou *prorata*), há lugar a inversão do sujeito passivo. No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito, tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmam total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a GO Porto sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e, concomitantemente, das exigências formais da faturação.

Imóveis onde se realizam os serviços de empreitada	Regime de Inversão
Bairros Sociais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Escolas de ensino básico	Taxa reduzida
Infantários e jardins-de-infância	Inversão do sujeito passivo de IVA
Pavilhões gímnico-desportivos das escolas e Pavilhões cedidos à Porto Lazer	Inversão do sujeito passivo de IVA
Mercados, museus, bibliotecas, e outros edifícios culturais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Espaços públicos e acessibilidades	Taxa reduzida
Cemitérios	Taxa reduzida
Canis, sanitários e balneários	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios de bombeiros e edifícios destinados aos serviços do Município	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios destinados à Polícia e o edifício da Comissão Nacional de proteção de Crianças e Jovens	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências gratuitas por parte do Município e imóveis não pertencentes ao Município	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências tributadas por parte do Município e edifícios objeto de locação isenta de Iva	Inversão do sujeito passivo de IVA
Parques de estacionamento	Inversão do sujeito passivo de IVA
Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	Taxa normal

As taxas médias apuradas nos Instrumentos de Gestão Previsional para o período 2026 - 2030, nas operações ativas e passivas, são as seguintes:

Taxas médias apuradas	2026	2027	2028	2029	2030
Taxa média IVA sobre as Vendas e Prestações Serviços	4,05%	3,86%	3,46%	2,51%	3,32%
Taxa média IVA sobre Outros Rendimentos	22,95%	22,96%	22,96%	22,96%	22,96%
Taxa média IVA sobre o Imobilizado	21,75%	15,76%	20,63%	20,45%	20,84%
Taxa média IVA sobre as Compras	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
Taxa média IVA sobre os Fornecimentos e Serviços Externos	4,23%	3,62%	3,64%	3,71%	4,43%
Taxa média IVA sobre os custos com pessoal	0,85%	0,83%	0,85%	0,88%	0,89%
Taxa média IVA sobre os Outros Gastos	0,16%	0,16%	0,16%	0,16%	0,16%

Nota: Em sede da atividade operacional da Direção de Gestão e Exploração, o arrendamento das lojas exteriores do Mercado do Bolhão está isento de IVA (artigo 9º do CIVA, alínea n.º 29), os custos eventuais provenientes dessa atividade não serão dedutíveis, efetuando-se uma afetação real dos mesmos.

4 – Gastos:

4.1. – Inventários:

No âmbito da Direção de Gestão e Exploração, e decorrente do procedimento de exploração comercial do Mercado do Bolhão - onde está prevista a comercialização de mercadorias ao público e comerciantes -, o valor projetado no quadro seguinte relativo à regularização de existência, refere-se a eventuais quebras de inventário e ofertas:

MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	2026	2027	2028	2029	2030
Existências Iniciais	63 892,47	62 794,16	53 821,84	40 912,50	28 003,17
Compras	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00
Regularização de existências	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28
Existências finais	62 794,16	53 821,84	40 912,50	28 003,17	15 093,83
CMVMC	15 748,03	23 622,05	27 559,06	27 559,06	27 559,06

4.2. – Fornecimentos e Serviços Externos:

No período de plano 2026 – 2030, e calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”, a projeção dos gastos de fornecimentos e serviços externos (FSE) encontra-se, nos termos do quadro seguinte, decomposta em 4 grandes grupos, e respetivos pesos médios sobre o total dos FSE:

- Gastos Diretos de Obra (94,55%):

Com prevalência elevada sobre os FSE totais, suportada pelas rubricas de subcontratos e de trabalhos especializados referentes a todos os serviços subcontratados a terceiros necessários à execução dos empreendimentos, que, solicitados pelo Município do Porto, decorrem

ao abrigo do contrato de gestão de empreendimentos (CGE) ou por outras entidades, ao abrigo de contratos firmados para o efeito, perfazendo um valor médio anual no período em plano, de 63,7 milhões de euros.

- Gastos Diretos de Gestão e Exploração (4,01%):

Nesse subconjunto de FSE, e tomando em consideração o valor médio anual de 2,5 milhões de euros, destaca-se a importância relativa da rubrica de Outros Subcontratos ou Concessões, com um peso médio relativo de 70,9%, seguida das rubricas e Publicidade e Propaganda, com 16,7%, o que continua a refletir o esforço financeiro da GO Porto no desenvolvimento da gestão e exploração do Mercado do Bolhão;

- Gastos de Estrutura de Gestão e Exploração (0,02%):

Subconjunto de FSE sem expressão, absoluta e relativa, no total dos FSE da empresa;

- Gastos da Estrutura Comum (1,42%):

Neste subconjunto de gastos de FSE, relativo destaque às rubricas de: i) Trabalhos Especializados, com 208,2 mil euros de média anual, representando 23,8%; ii) Conservação e Reparação, com 118,7 mil euros de média anual, representando 13,6%; e Rendas e Alugueres, com 218 mil euros de média anual, representando 24,9%. No caso desta rubrica de Rendas e Alugueres, além de incluir os gastos a incorrer com a frota automóvel (locação operacional), estão contemplados, igualmente, os gastos a incorrer com as rendas das instalações de funcionamento da GO Porto, no Edifício S. Dinis, n.º 10, na Travessa da Bica Velha, sede da empresa.

Resumidamente, descreve-se de seguida a composição dos Fornecimentos e Serviços Externos:

- A despesa prevista na rubrica de “Subcontratos” é relativa, por um lado, à aquisição de serviços de construção civil, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos e, por outro lado, no âmbito da área de gestão e exploração, os serviços de recolha e tratamentos de resíduos sólidos e urbanos e os contratos de “Facilities Management”, referentes aos equipamentos municipais, Mercado do Bolhão e Edifício S. Dinis (Sede da GO Porto);

- A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, nomeadamente, gastos com serviços conexos com a empreitada, como estudos, projeto, fiscalização e consultoria, consultores das áreas da segurança, assistência/manutenção ao software e hardware, jurídico, auditoria da Qualidade e higiossanitárias, despesas bancárias e serviços de arquivo;

- Na rubrica “Publicidade”, estão incluídos os gastos com a publicação de relatórios e outros gastos de material de divulgação. Nesta rubrica, e para além de gastos em eventos e outras promoções adstritas à estrutura comum da GO Porto, estão consideradas as iniciativas de divulgação e promoção dirigidas a favor da gestão e exploração dos equipamentos atribuídos pelo Município do Porto à GO Porto;

- A rubrica “Honorários” compreende, entre outros, os gastos com a revisão legal de contas e os encargos previstos com consultorias de preparação e apoio à gestão e exploração dos equipamentos afetos pelo Município;

- A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” refere-se aos gastos previstos na gestão da frota da

GO Porto, conservação dos equipamentos de impressão e assistência técnica ao relógio de ponto e outros periféricos. Relevam-se ainda aqui, quer gastos de renovação de licenças e certificados de software em uso na empresa, quer outros gastos residuais que possam vir a ocorrer no âmbito da gestão corrente de alguns imóveis que possam estar sob a gestão e exploração da empresa;

- Na rubrica “Livros e documentação técnica” estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica ao nível das diversas áreas administrativas e técnicas da GO Porto;

- A rubrica “Material de escritório” aponta dotação orçamental para gastos desta natureza ao nível quer das áreas de negócio, quer das áreas administrativas de apoio;

- A rubrica de “Eletricidade” compreende o consumo energético na Sede da GO Porto no Edifício S. Dinis, como também, os consumos no Mercado do Bolhão. Relevam-se, igualmente, os gastos de consumo de eletricidade do parque automóvel existente (elétrico e híbrido) nas instalações da Sede;

- A rubrica “Combustíveis” compreende o consumo de combustíveis fósseis por parte das viaturas híbridas da frota automóvel da GO Porto, e os encargos deste género a incorrer nas instalações sob a gestão e exploração desta empresa municipal;

- A rubrica “Água” compreende os gastos com o consumo de água na Sede da GO Porto e, igualmente, nos imóveis sob gestão e exploração desta empresa municipal;

- Na rubrica “Deslocações e estadas”, estão previstas despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço, utilizando para o efeito outros meios de transporte e alojamento;

- Na rubrica “Rendas e alugueres”, estão incluídos os gastos com a renda dos contratos de aluguer de equipamentos de transporte, hardware, cópia e impressão, como também estão relevadas as rendas do Edifício S. Dinis;

- Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação”, incluem todo o volume de correio remetido, as comunicações de voz e dados. Nesta rubrica estão previstas, igualmente, as despesas de comunicação e promoção destinada aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração da GO Porto;

- Na rubrica de “Seguros”, estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da GO Porto, de responsabilidade civil, de recheio das instalações, do equipamento informático e, também, de todas as coberturas obrigatórias decorrente das certificações APCER obtidas, ao abrigo do SGI (Sistema de Gestão Integrado). No caso do referido seguro de responsabilidade civil, está contida uma dotação orçamental destinada, quer aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração, quer aos empreendimentos executados pela GO Porto no âmbito da área de Gestão de Empreendimentos, neste caso, com o valor do seguro diretamente proporcional ao volume de atividade previsto no período em plano;

- O valor estimado na rubrica de “Despesas de Representação”, diz respeito aos gastos previstos nos

contratos dos dois administradores executivos em funções na GO Porto;

- O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto”, é relativo aos gastos contratualizados de serviços de limpeza, bem como, relativos aos gastos de produtos de higiene e conforto;

- O valor estimado nas rubricas de “Outros serviços” e “Ferramentas e utensílios” serve para fazer face a pequenos custos que, pela sua natureza, se efetuam dentro da empresa num cenário de atividade normal, mas que venham a ser subcontratados num quadro de excesso esporádico de atividade.

4.3. – Gastos com o Pessoal:

No período 2026 – 2030, e tendo por referência a estrutura definida no Regime de Carreiras em vigor, a GO Porto prevê a distribuição seguinte de colaboradores, por Cargos e Carreiras:

Regime de Carreiras	2026	2027	2028	2029	2030
Cargos					
Direção	5	5	5	5	5
Coordenação	4	4	4	4	4
Adjuntos/as	5	5	5	5	5
Carreiras					
Técnico Superior					
Gestão	18	18	18	18	18
Responsáveis	1	1	1	1	1
Técnicos Superiores	22	23	23	23	23
Assistente Técnico					
Técnicos Especializados	4	4	4	4	4
Técnicos	2	2	2	2	2
Total	61	62	62	62	62

Para além dos colaboradores citados, a Empresa terá três administradores, conforme previsto nos Estatutos, sendo dois deles remunerados. A distribuição supracitada, quando desagregada por Área de Empresa é a seguinte:

ÁREAS	2026	2027	2028	2029	2030
Secretariado da Administração	1	1	1	1	1
Assessoria Técnica	1	1	1	1	1
Gabinete de Comunicação e Promoção	6	7	7	7	7
Gabinete do Espaço Público	3	3	3	3	3
Direção de Produção	21	21	21	21	21
Direção de Exploração	7	7	7	7	7
Direção Administrativa e Financeira	16	16	16	16	16
Direção Jurídico	6	6	6	6	6
Total	61	62	62	62	62

No período em plano, os pressupostos principais utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- A taxa de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FGCT e SAT) de 24,51% em 2026, e nos quatro anos seguintes, uma taxa média de 24,47%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- O cálculo para formação foi efetuado tendo por base o vencimento hora de cada colaborador multiplicado pelo nº horas de formação obrigatórias (40h). Acresce a esta rubrica, a previsão de gastos de formação executiva;
- Taxa anual para assistência médica de 2,59%, em 2026, e nos anos restantes uma média de 2,74%;
- O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos;

- Atualização anual da massa salarial de 3,41%, em 2026, e em média, de 3,92% nos anos seguintes;
- Tendo por base o Regime de Carreiras, estima-se uma atualização anual da massa salarial de 1,98%, em 2026, e em média, de 1,79% nos anos seguintes.

No cálculo dos salários, foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de setembro de 2025. O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da Empresa ser constituído por funcionários oriundos da Autarquia e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

Nos termos do quadro exibido no Ponto “C.2. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS”, e refletindo o ajustamento constante da empresa aos novos desafios e desideratos do Município do Porto, o quadro de pessoal da GO Porto reflete a admissão de novos colaboradores ao nível das diversas áreas da empresa, com destaque para as duas áreas de negócio (Obra e Gestão), o que representará no período de plano 2026 – 2030, um valor médio anual de gastos com o pessoal de €3.253.943,44.

4.4. – Gastos de Amortizações e Depreciações:

No quadro seguinte, estão exibidas as taxas de amortizações e depreciações utilizadas na elaboração do Orçamento:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Ativos Intangíveis	
Software	33,33% - 100,00%
Ativos Fixos Tangíveis	
Ferramentas e Utensílios	12,50% - 25,00%
Equipamento Administrativo	12,50% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	12,50% - 100,00%

4.5. – Outros Gastos e Perdas:

Os outros gastos e perdas orçamentados para o período 2026 - 2030 são diminutos e dizem respeito, essencialmente, a gastos com impostos, taxas e outros, bem como, despesas adicionais com taxas e licenciamentos.

5 – Resultado Financeiro

No período de plano 2026 – 2030, e decorrente da incapacidade legal da GO Porto de recorrer a endividamento de uma forma autónoma do Município do Porto, a projeção de gastos financeiros nesse período é praticamente nula. Quanto aos rendimentos, estes derivam de uma normal gestão de tesouraria, pois traduzem as aplicações por períodos curtos e/ou muito curtos dos fundos recebidos da Autarquia que, entretanto, aguardam os processamentos dos pagamentos aos fornecedores, o que faz com que os rendimentos financeiros não assumam valores significativos. Este cenário foi construído com base na opção de resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneiio por recurso à Autarquia.

RESULTADO FINANCEIRO	2026	2027	2028	2029	2030
Juros e Ganhos Similares	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00

6 – Imposto sobre o Rendimento do Período

A GO Porto está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda, um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro tributável sujeito a imposto. Desta forma, e pelo princípio da prudência, foi

considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5% para o período de 2026 - 2030.

Independentemente de os resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, a Empresa está sujeita a tributação autónoma em sede de IRC, a taxa de 7,5%. Foram, ainda, considerados nos IGP 2026–2030, o pagamento por conta e a utilização dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores, conforme o disposto no CIRC.

7 – Rubricas de Balanço

7.1. - Tesouraria

À semelhança de IGP anteriores, na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 1.000 €.

7.2. - Estado e Outros Entes Públicos

Dadas as diferentes naturezas dos serviços prestados, foi calculada uma taxa média ponderada de IVA a liquidar derivada das prestações de serviços, descrita no ponto 3 deste capítulo. O valor encontrado resulta da grande representatividade dos serviços de empreitada nos FSE totais que, para o período em plano, varia entre os 4,05% de 2026 e os 2,51% de 2029. Neste mesmo ponto, foram determinadas, igualmente, taxas médias de IVA dedutível noutras rubricas de exploração.

Quanto aos encargos patronais com os regimes de apoio social ao trabalhador, foi encontrada uma taxa média ponderada (segurança social e caixa geral de

aposentações) de 23,61% para o período 2026 - 2030, por serem de duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço, trabalhadores vinculado por contrato individual de trabalho, enquadrados, portanto, no regime geral da segurança social e dentro deste último regime por alguns trabalhadores na situação de primeiro emprego que beneficiam de taxas mais reduzidas).

No que ao FCT diz respeito, e apesar das implicações da Agenda do Trabalho Digno - aprovada pela Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, e das alterações legislativas provindas do DL 115/2023, de 15 de dezembro -, que veio fazer cessar, a partir de 1 de maio de 2023, a obrigação dos empregadores de efetuarem entregas para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), foi mesmo assim incorporada uma dotação orçamental média anual de investimento nesse fundo, no valor de €12.394,74 (conforme referido atrás no Ponto C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual, no Capítulo II – Planos Anuais e Plurianuais), por se tratar de uma decisão de “suspensão”, que, como tal, poderá ser revertida a qualquer momento, acautelando-se, assim, a dotação orçamental devida.

No período em plano 2026 – 2030, a taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 21,00% que leva em linha de conta as taxas de retenção das tabelas de IRS de 2025.

A taxa média dos encargos sociais por conta dos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 11,39% que resulta das duas espécies os

vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço e trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho, portanto, enquadrados no regime geral da Segurança Social).

7.3. - Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos de rendas e alugueres de hardware e software a imputar aos anos seguintes.

7.4. – Outras Contas a Pagar e a Receber

No período em plano 2026 – 2030, e perfazendo uma média anual de 6.233,3 mil euros, a rubrica de “Outras Contas a Pagar”, em passivo não corrente, engloba os valores de depósitos das garantias dadas pelos fornecedores, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, quer por retenções efetuadas aquando dos pagamentos, e cujos valores serão oportunamente restituídos, conforme previsto na lei. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2025 dos depósitos de garantia prestados a terceiros, os saldos devedores e de cobrança duvidosa de fornecedores. Nesta rubrica, mas ao nível do passivo corrente, estão relevados os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas

pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto, procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2025 da especialização do subsídio e perdas por imparidade.

7.5. – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da GO Porto.

7.6. – Capital Social

O capital social é composto por 100.000 ações nominativas de valor nominal de 5,00 € cada, e encontra-se integralmente realizado pelo Município do Porto.

7.7. – Financiamentos Obtidos

Ponto não aplicável ao período em plano 2026 – 2030.

8 – Outros Assuntos

A dependência financeira do Município do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos. Estas situações estão previstas no Contrato de Gestão de Empreendimentos, celebrado entre a GO Porto e o Município do Porto, o qual, regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, consequentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros, não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa, na medida em que, existe uma total recuperação dos mesmos.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese das principais responsabilidades eventuais, relativas aos contenciosos existentes:

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	VALOR
Tribunal judicial			
Processos n.ºs 1140/04.2BEPRT (1768)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	755 204,36 €
Processo n.º 752/05.1BEPRT (1782)	Jaime Ribeiro & Filhos SA	Acção administrativa comum com processo ordinário	4 224 882,80 €
Processo n.º 1079/08.2BEPRT (1887)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	336 092,27 €
Processo n.º 1081/08.4BEPRT (1888)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	158 430,97 €
Processo n.º 2836/10.5BEPRT	Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	277 946,41 €
Processo: n.º 1677/17.3BEPRT	CCCAH - PortoSushi, Actividades Hoteleiras, Lda. (GOSHO)	Acção administrativa comum com processo ordinário	391 672,34 €
Processo n.º 2071/09.5BEPRT (1945)	Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	825 150,49 €
Processo n.º 1218/12.9 TJJNF	Ré: Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Processo de Insolvência	392 708,40 €
Processos n.ºs 40/05.3BEPRT (1779B)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	267 718,14 €
Processo n.º 105/20.1BEPRT	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	121 837,07 €
Processo n.º 2437/20.0BEPRT	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	167 238,86 €
Processo: 1774/25.1BEPRT	ABB - Alexandre Barbosa, S.A.	Ação administrativa	802 142,03 €
Processo: 1586/25.2UEPRT	Sensetec - Engenharia e Construção. Lda	Processo de contencioso pré-contratual	1 978 988,00 €
Processo 46/25.6BEPRT UO 2	ABB - Alexandre Barbosa, S.A.	Ação administrativa	6 675 008,79 €
Tribunal arbitral			
Processo n. CNA 24-A/2021 Petição Inicial março de 2022	Lúcius & ACA - Bolhão ACE	Acção em Processo Arbitral	6 505 616,33 €

Em conclusão, é convicção da GO Porto que, salvo um ou outro caso pontual, não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as contendas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis.

9 – Conclusão

Para o período de plano 2026 – 2030, estima-se a obtenção de um resultado líquido médio anual positivo, no valor de €5.809,83.

Ressalva-se que as obras com prazos de término imperativo poderão acarretar encargos financeiros adicionais, caso a Autarquia do Porto não possa cumprir com os prazos de pagamento contratualmente estabelecidos.

Apresenta-se no quadro seguinte, alguns indicadores económico-financeiros para o período em plano:

INDICADORES	2025	2026	2027	2028	2029	2030
FINANCEIROS						
Liquidez geral	1,15	1,14	1,14	1,13	1,13	1,12
Autonomia Financeir.	9,61%	9,42%	9,30%	9,09%	8,92%	8,88%
Autofinanciamento	72 600	112 592	102 800	105 461	95 322	102 913

B – Orçamento de Exploração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	2026	2027	2028	2029	2030
RENDIMENTOS E GASTOS						
VENDAS	II-A-3	20 000,00	30 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	II-A-3	42 043 309,74	80 665 569,86	80 365 613,66	78 001 530,98	44 345 220,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS	II-A-3	4 909 000,00	5 075 000,00	5 186 000,00	5 261 000,00	5 357 000,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	II-A-4.1	-15 748,03	-23 622,05	-27 559,06	-27 559,06	-27 559,06
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	II-A-4.2	-43 803 239,37	-82 529 977,88	-82 294 369,10	-80 051 553,87	-46 473 317,73
GASTOS COM O PESSOAL	II-A-4.3	-3 137 005,91	-3 255 500,60	-3 305 698,64	-3 280 467,89	-3 291 044,16
IMPARIDADES DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERSÕES)		-5 350,28	-5 350,28	-5 350,28	-5 350,28	-5 350,28
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	II-A-7.4	-36 520,00	-1 000,00	-1 000,00	-1 000,00	-1 000,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	II-A-3	152 630,87	161 849,89	167 390,33	178 389,06	178 591,77
OUTROS GASTOS E PERDAS	II-A-4.5	-5 580,00	-5 580,00	-5 580,00	-5 580,00	-5 580,00
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES E GASTOS DE FINANCIAMENTO		121 497,01	111 388,94	114 446,91	104 408,94	111 961,28
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	II-A-2/II-A-4.4	-106 335,86	-96 866,75	-99 853,91	-89 627,09	-97 355,73
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)		15 161,16	14 522,20	14 593,00	14 781,85	14 605,55
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	I-D/II-A-5	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	II-A-5	-50,00	-50,00	-50,00	-50,00	-50,00
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		20 311,16	19 672,20	19 743,00	19 931,85	19 755,55
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	II-A-6	-14 054,69	-13 739,00	-14 135,95	-14 236,79	-14 198,15
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		6 256,46	5 933,20	5 607,05	5 695,06	5 557,40

C – Orçamento de Tesouraria

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL		ORÇAMENTO PARA O ANO 2026			PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL			
RUB.	DESIGNAÇÃO	PERÍODOS ANTERIORES	2026	SOMA	2027	2028	2029	2030
	Receita corrente	603 630,46	49 056 495,39	49 660 125,85	89 105 184,68	88 674 251,00	86 162 717,24	52 176 542,06
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos Diretos	633,96	7 660,27	8 294,23	6 763,95	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
R5.2	Subsídios Correntes	0,00	4 909 000,00	4 909 000,00	5 075 000,00	5 186 000,00	5 261 000,00	5 357 000,00
R6	Venda de bens e serviços	350 000,00	43 384 280,10	43 734 280,10	83 770 652,84	83 140 009,01	79 949 488,72	45 802 217,01
R7	Outras Receitas Correntes	252 996,50	750 355,03	1 003 351,53	247 567,88	343 041,98	947 028,52	1 012 125,05
	Receita de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo gerência anterior - oper. orçamenta	7 040 533,95	339 477,17	7 380 011,12	7 565 160,73	7 787 723,06	7 806 928,83	7 836 752,97
	Receita efetiva (1)	603 630,46	49 056 495,39	49 660 125,85	89 105 184,68	88 674 251,00	86 162 717,24	52 176 542,06
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Total (3) = (1) + (2)	603 630,46	49 056 495,39	49 660 125,85	89 105 184,68	88 674 251,00	86 162 717,24	52 176 542,06
	Despesa corrente	280 145,95	48 770 056,26	49 050 202,21	88 873 573,43	88 300 370,80	86 011 426,70	51 989 984,44
D1	Despesas com o pessoal							
D1.1	Remunerações certas e permanentes	50 645,95	2 319 078,95	2 369 724,90	2 465 997,99	2 510 638,14	2 476 936,88	2 479 014,07
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	116 786,15	116 786,15	120 139,73	123 593,93	127 151,74	130 816,30
D1.3	Segurança Social	33 000,00	635 918,25	668 918,25	691 436,82	698 175,40	705 719,31	710 441,41
D2	Aquisição de bens e serviços	196 500,00	45 474 417,52	45 670 917,52	85 530 340,63	84 902 300,30	82 699 341,77	48 628 348,15
D3	Juros e outros encargos	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	223 805,38	223 805,38	65 608,25	65 613,03	42 226,99	41 314,52
	Despesa de capital	0,00	270 446,48	270 446,48	46 461,64	151 317,87	132 084,77	156 733,48
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	258 420,54	258 420,54	33 825,00	138 375,00	119 925,00	144 525,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	12 025,94	12 025,94	12 636,64	12 942,87	12 159,77	12 208,48
	Despesa efetiva (4)	280 145,95	49 040 502,73	49 320 648,68	88 920 035,06	88 451 688,67	86 143 511,47	52 146 717,93
	Despesa não efetiva (5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa Total (6) = (4) + (5)	280 145,95	49 040 502,73	49 320 648,68	88 920 035,06	88 451 688,67	86 143 511,47	52 146 717,93
	Saldo Total (3) - (6)			339 477,17	185 149,61	222 562,33	19 205,77	29 824,14
	Saldo Global (1) - (4)			339 477,17	185 149,61	222 562,33	19 205,77	29 824,14
	Despesa Primária			49 320 648,68	88 920 035,06	88 451 688,67	86 143 511,47	52 146 717,93
	Saldo Corrente			609 923,64	231 611,25	373 880,20	151 290,54	186 557,62
	Saldo de Capital			-270 446,48	-46 461,64	-151 317,87	-132 084,77	-156 733,48
	Saldo Primário			339 477,17	185 149,61	222 562,33	19 205,77	29 824,14

D – Balanço Previsional

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	2026	2027	2028	2029	2030
ACTIVO						
ATIVO NÃO CORRENTE						
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	II-A-2/II-A-4.4	143 365,10	93 862,47	128 229,57	136 102,48	156 246,75
ATIVOS INTANGÍVEIS	II-A-2/II-A-4.4	51 586,13	166 305,01	144 584,00	144 584,00	144 584,00
INVESTIMENTOS EM CURSO	II-A-2/II-A-4.4	134 583,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	II-A-2/II-A-4.4/II-A-7.4	6 097 557,84	6 209 194,47	6 321 137,34	6 432 297,11	6 543 505,59
		6 427 092,06	6 469 361,95	6 593 950,91	6 712 983,59	6 844 336,34
ATIVO CORRENTE						
INVENTÁRIOS	II-A-4.1	62 794,16	53 821,84	40 912,50	28 003,17	15 093,83
CLIENTES, CONTRIBUÍNTES E UTENTES	I-D/II-A-3	426 558,02	426 496,50	516 226,68	719 737,71	687 979,59
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	II-A-4.3/II-A-6/II-A-7.2	105 819,41	135 049,02	111 668,64	110 977,59	110 977,10
OUTRAS CONTAS A RECEBER	II-A-7.4	102 899,79	106 742,27	112 942,81	121 893,60	134 184,81
DIFERIMENTOS	II-A-7.3	47 464,69	49 237,11	52 097,24	56 225,98	61 895,56
CAIXA E DEPÓSITOS	II-A-7.1	7 381 011,12	7 566 160,73	7 788 723,06	7 807 928,83	7 837 752,97
		8 126 547,18	8 337 507,47	8 622 570,92	8 844 766,87	8 847 883,86
TOTAL DO ATIVO		14 553 639,24	14 806 869,42	15 216 521,83	15 557 750,46	15 692 220,21
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO						
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
PATRIMÓNIO/CAPITAL	II-A-7.6	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00
RESERVAS	II-A-7.5	864 805,28	871 061,75	876 994,95	882 602,00	888 297,06
		1 364 805,28	1 371 061,75	1 376 994,95	1 382 602,00	1 388 297,06
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	II-B	6 256,46	5 933,20	5 607,05	5 695,06	5 557,40
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		1 371 061,75	1 376 994,95	1 382 602,00	1 388 297,06	1 393 854,46
PASSIVO						
PASSIVO NÃO CORRENTE						
OUTRAS CONTAS A PAGAR	II-A-7.4	6 033 293,84	6 133 293,84	6 233 293,84	6 333 293,84	6 433 293,84
		6 033 293,84	6 133 293,84	6 233 293,84	6 333 293,84	6 433 293,84
PASSIVO CORRENTE						
FORNECEDORES	I-D/II-A-4.2	196 500,00	196 500,00	596 500,00	966 500,00	882 500,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	II-A-4.3/II-A-6/II-A-7.2	55 998,19	13 424,76	60 505,02	217 808,16	134 902,34
OUTRAS CONTAS A PAGAR	II-A-7.4	6 815 493,44	7 005 363,85	6 862 328,94	6 570 559,37	6 766 377,54
		7 149 283,66	7 296 580,64	7 600 625,99	7 836 159,56	7 865 071,91
TOTAL DO PASSIVO		13 182 577,50	13 429 874,48	13 833 919,83	14 169 453,40	14 298 365,75
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		14 553 639,24	14 806 869,42	15 216 521,83	15 557 750,46	15 692 220,21

**EQUILÍBRIO
ECONÓMICO-
FINANCEIRO**

Equilíbrio Económico-Financeiro

No âmbito da atividade operacional de Gestão e Exploração, os encargos diretos incorridos no período de plano 2026 – 2030, serão financiados através das receitas próprias geradas pela exploração do Mercado do Bôlhão e pelo subsídio à exploração atribuído pelo Município do Porto.

Os encargos com os gastos de obra (subcontratos) serão financiados através das receitas obtidas via o contrato de Gestão de Empreendimentos, firmado com o Município do Porto.

Por outro lado, os encargos de estrutura da Empresa – gastos operacionais indiretos – serão financiados pelo Município do Porto sob a forma de subsídio à exploração, atribuído pela Autarquia.

Para o período em plano 2026 - 2030, em condições de execução contratual regulares, o pretendido equilíbrio estará garantido, conforme se apresenta no mapa seguinte:

GASTOS	2026	2027	2028	2029	2030
Gastos Operacionais					
Contrato de Obra					
Fornecimentos e Serviços Externos Obra CGE	40 496 488,42	79 014 862,71	78 686 089,12	76 292 598,56	42 606 277,80
Fornecimentos e Serviços Externos Obra outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Gastos contrato de Obra	40 738 488,42	79 256 862,71	78 928 089,12	76 534 598,56	42 848 277,80
Contrato de Exploração					
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	15 748,03	23 622,05	27 559,06	27 559,06	27 559,06
Gastos com o Pessoal	315 928,36	315 928,36	315 928,36	315 928,36	315 928,36
Fornecimentos e Serviços Externos dos Equipamentos Explorados	2 201 786,82	2 388 792,14	2 474 149,96	2 627 290,15	2 718 688,10
Fornecimentos e Serviços Externos de Estrutura DGE	12 373,88	12 477,54	12 807,79	12 851,01	12 898,56
Imparidades de Inventários	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28
Gastos de Depreciação e de Amortizações	0,00	44 856,51	44 856,51	44 869,97	0,00
Outros Gastos	4 880,00	4 880,00	4 880,00	4 880,00	4 880,00
Gastos contrato exploração	2 556 067,37	2 795 906,88	2 885 531,97	3 038 728,83	3 085 304,35
Estrutura					
Gastos com o Pessoal	2 821 077,55	2 939 572,24	2 989 770,28	2 964 539,53	2 975 115,80
Fornecimentos e Serviços Externos	850 590,26	871 845,49	879 322,22	876 814,15	893 453,27
Imparidades de Dívidas a Receber	36 520,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
Gastos de Depreciação e de Amortizações	106 335,86	52 010,23	54 997,40	44 757,11	97 355,73
Outros Gastos	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00
Juros e Gastos similares suportados	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
Gastos da estrutura	3 815 273,67	3 865 177,96	3 925 839,89	3 887 860,80	3 967 674,80
Imposto Sobre Rendimento do Período	14 054,69	13 739,00	14 135,95	14 236,79	14 198,15
Total	47 123 884,15	85 931 686,54	85 753 596,94	83 475 424,98	49 915 455,10

PROVEITOS	2026	2027	2028	2029	2030
Prestação Serviços contrato de mandato - CGE	40 496 488,42	79 014 862,71	78 686 089,12	76 292 598,56	42 606 277,80
Prestação Serviços contrato outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Vendas contrato de exploração	20 000,00	30 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00
Prestação Serviços contrato de exploração	1 304 821,32	1 408 707,15	1 437 524,54	1 466 932,42	1 496 942,93
Reversão de Imparidades de Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídio à Estrutura	4 909 000,00	5 075 000,00	5 186 000,00	5 261 000,00	5 357 000,00
contrato de mandato	3 815 273,67	3 865 177,96	3 925 839,89	3 887 860,80	3 967 674,80
contrato de exploração	1 093 726,33	1 209 822,04	1 260 160,11	1 373 139,20	1 389 325,20
Outros Rendimentos e Ganhos	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
Outros Rendimentos e Ganhos contrato de exploração	152 330,87	161 549,89	167 090,33	178 089,06	178 291,77
Juros e Ganhos Similares	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00
Total	47 130 140,61	85 937 619,74	85 759 203,98	83 481 120,04	49 921 012,50
Resultado Líquido do Período	6 256,46	5 933,20	5 607,05	5 695,06	5 557,40

Porto, 05 de dezembro de 2025

Manuel Aranha
Vice-Presidente do Conselho
de Administração

Francisca Fernandes
Vogal do Conselho
de Administração

Nota: O presente relatório encontra-se firmado pelos dois membros do Conselho de Administração que, à presente data, se encontram em funções, uma vez que o Sr.º Presidente do Conselho de Administração apresentou a sua renúncia ao respetivo mandato

Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2026 – 2030

ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2026 – 2030

Resumo por Rubricas Orçamentais (valores com IVA):

Designação das Rubricas	2026	2027	2028	2029	2030
2 URBANISMO					
2.2 Valoração do Ambiente Urbano e Espaço Público	17 269 000	33 310 000	32 426 000	23 302 000	16 711 000
Sub-total	17 269 000	33 310 000	32 426 000	23 302 000	16 711 000
3 AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE					
3.1 Natureza e Espaços Verdes	1 091 000	4 950 000	4 445 000	3 700 000	3 000 000
Sub-total	1 091 000	4 950 000	4 445 000	3 700 000	3 000 000
4 COESÃO SOCIAL, SAÚDE PROTEÇÃO CIVIL					
4.4 Cuidados de Saúde Primários	5 036 000	9 016 000	6 930 000	1 300 000	0
Sub-total	5 036 000	9 016 000	6 930 000	1 300 000	0
6 DESPORTO, JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO					
6.1 Desporto Ativo	3 645 000	3 580 000	4 075 000	3 300 000	2 000 000
Sub-total	3 645 000	3 580 000	4 075 000	3 300 000	2 000 000
7 ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO, TURISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO					
7.2 Comércio	100 000	150 000	0	0	0
Sub-total	100 000	150 000	0	0	0
8 MOBILIDADE E TRANSPORTES					
8.2 Transição Modal	2 040 000	1 550 000	0	1 055 000	1 055 000
Sub-total	2 040 000	1 550 000	0	1 055 000	1 055 000
9 EDUCAÇÃO, TALENTO E CONHECIMENTO					
9.1 Educação	2 300 000	8 400 000	15 350 000	17 260 000	9 000 000
Sub-total	2 300 000	8 400 000	15 350 000	17 260 000	9 000 000
10 CULTURA E PATRIMÓNIO					
10.2 Património e Equipamentos Culturais	9 620 000	19 055 000	17 015 000	27 465 000	11 500 000
Sub-total	9 620 000	19 055 000	17 015 000	27 465 000	11 500 000
11 GESTÃO E SERVIÇO PÚBLICO					
11.2 Gestão dos Serviços Municipais	697 000	1 590 000	695 000	335 000	275 000
11.2 Gestão dos Serviços Municipais-Outros	200 000	310 000	310 000	310 000	310 000
Sub-total	897 000	1 900 000	1 005 000	645 000	585 000
TOTAL	41 998 000	81 911 000	81 246 000	78 027 000	43 851 000

Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2026 – 2030

GO Porto IGP 2026 - 2030 Detalhado por Empreendimentos		41 998 000 €	81 911 000 €	81 246 000 €	78 027 000 €	43 851 000 €
Rubrica Orçament	Empreendimento	2026	2027	2028	2029	2030
	Alameda das Antas - Talude				300 000 €	
	Alameda de Aquilino Ribeiro Pavimentação		170 000 €			
	Alameda de Cartes Pavimentação			900 000 €		
	Arruamentos na Lapa Requalificação	67 000 €	500 000 €	1 000 000 €	950 000 €	
	Avenida AEP Beneficiação				1 000 000 €	2 000 000 €
	Avenida da Boavista Hospital Militar Pavimentação		274 000 €			
	Avenida de França Pavimentação				400 000 €	
	Avenida dos Aliados e Envolvente Pavimentação			400 000 €		
	Avenida Nun'Álvares Construção	100 000 €	1 500 000 €	5 000 000 €	5 000 000 €	5 000 000 €
	Beneficiação Ruas Guedes Azevedo e Bonjardim			240 000 €	910 000 €	
	Edifício na Rua da Boavista Demolição	25 000 €				
	Envolvente ao Edifício R. S. Dinis - Requalificação	38 000 €	545 000 €	550 000 €		
	GEP Acordo Quadro para Projeto de Pavimentação de Vias 2024	35 000 €				
	GEP Beneficiação da Rua de Leonardo Coimbra	100 000 €	350 000 €			
	GEP Pavimentos na Rua de Belos Ares e Outra	50 000 €				
	GEP Rede 20 - Rua de Cimo de Vila e Outras	212 000 €				
	GEP Redimensionamento de Caldeiras - 02	72 000 €				
	GEP Requalificação da Avenida de Camilo	100 000 €	1 300 000 €			
	GEP Rua da Argentina e Travessa da Fonte Arcada	157 000 €				
	Largo da Fontinha, Rua da Fontinha e Travessa da Fontinha Requalificação	2 000 €	50 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	500 000 €
	Largo de Mompilher - Requalificação				16 000 €	714 000 €
	Loteamento do Monte da Bela				1 000 000 €	2 000 000 €
	Loteamento do Monte Pedral - Construção	800 000 €	2 250 000 €	2 000 000 €		
	Obras de Arte -- Fase 1	50 000 €	990 000 €	950 000 €		
	Obras de Arte -- Fase 3	200 000 €	915 000 €			
	Obras de Arte Lote 6	85 000 €	1 140 000 €			
	Obras de Arte Lote 7	50 000 €	570 000 €			
	Obras de Arte Lote 8	63 000 €		755 000 €		
	Obras de Arte Lote 9			210 000 €		
	Praça da Corujeira - Requalificação	200 000 €	2 380 000 €	3 535 000 €	2 500 000 €	
	Praça de Gomes Teixeira Pavimentação				200 000 €	
	Praça Pedro Nunes, Ruas de Ricardo Severo, Largo da Paz e outros Requalificação	800 000 €	1 400 000 €	200 000 €		
	Praceta de Eduardo Soares Pavimentação		60 000 €			
	Praceta de Luis António Varney Pavimentação		25 000 €			
	Praceta de Ribeiro Sanches Pavimentação		47 000 €			
	Praceta Gonçalves Coelho Pavimentação		69 000 €			
	Praceta Maestro Resende Dias Beneficiação	175 000 €				
	Programa Rua Direita - Soma	8 648 000 €	6 785 000 €	1 841 000 €		
	R. Arqª Lobão Vital - Prolongamento	600 000 €	1 500 000 €	700 000 €		
	Reabilitação urbana de Azevedo - Campanhã - Fase 2	800 000 €	1 400 000 €	600 000 €		
	Requalificação Espaço Público Lordelo	800 000 €	1 000 000 €	1 400 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €
	Requalificação Ruas Galeria Paris e Picaria	506 000 €				587 000 €
	Residências Universitárias - Monte Pedral Construção	1 000 €	1 000 €	1 000 €		
	Rua Bartolomeu Velho - Beneficiação	50 000 €				
	Rua Capitão Pombeiro e Tv. da Calçada Beneficiação	29 000 €	310 000 €	940 000 €		
	Rua D. João Coutinho e Rua Padre Diamantino Gomes Beneficiação	65 000 €	500 000 €	900 000 €	500 000 €	
	Rua da Agra de Ramalde Requalificação					330 000 €
	Rua da Azenha Beneficiação			146 000 €		
	Rua da Azenha Pavimentação				146 000 €	
	Rua da Boa Hora e Rua do Rosário Pavimentação				300 000 €	200 000 €
	Rua da Constituição Requalificação				2 000 000 €	2 000 000 €
	Rua da Corujeira de Baixo Beneficiação		24 000 €			
	Rua da Madeira	27 000 €	435 000 €	240 000 €		

Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2026 – 2030

GO Porto IGP 2026 - 2030 Detalhado por Empreendimentos		41 998 000 €	81 911 000 €	81 246 000 €	78 027 000 €	43 851 000 €
Rubrica Orçament	Empreendimento	2026	2027	2028	2029	2030
2.2. Valorização do Ambiente Urbano e Espaço Público	Rua da Nau S. Rafael I Beneficiação	14 000 €		350 000 €		
	Rua da Senhora de Campanhã I Beneficiação			193 000 €		
	Rua da Sociedade Protetora dos Animais I Requalificação	15 000 €	430 000 €			
	Rua das Andresas - Loteamento Municipal	11 000 €	730 000 €	700 000 €	300 000 €	
	Rua de Antero de Quental I Beneficiação	68 000 €	870 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	
	Rua de António Carneiro I Beneficiação				200 000 €	
	Rua de Barbosa du Bocage I Requalificação	2 000 €		350 000 €		
	Rua de Coelho Neto e Travessa do Poço das Patas I Requalificação					510 000 €
	Rua de João Pedro Ribeiro I Requalificação					300 000 €
	Rua de Joaquim Leitão I Beneficiação	565 000 €				
	Rua de Martim de Freitas e Rua Rafael Bordalo Pinheiro I Pavimentação			100 000 €		
	Rua de Mota Pinto e Praceta Gonçalves Coelho I Beneficiação	120 000 €				
	Rua de Pereiró, Rua D. Estevão da Gama e Travessa de Baixo de Pereiró I Requalificação	2 000 €	500 000 €	980 000 €		
	Rua de Salazares e Rua da Preciosa I Requalificação	3 000 €	1 000 000 €	1 600 000 €	1 200 000 €	
	Rua do Beato Inácio de Azevedo I Beneficiação	110 000 €				
	Rua do Cativo e Rua da Porta do Sol I Requalificação	410 000 €	400 000 €			
	Rua do Monte Pedral I Beneficiação	430 000 €				
	Rua do Seixal I Beneficiação	17 000 €	650 000 €	1 000 000 €		
	Rua dos Mártires da Liberdade I Requalificação				200 000 €	300 000 €
	Rua Eirinhas - Prolongamento	4 000 €	600 000 €	650 000 €		
	Rua General Sousa Dias, Rua Duque Loulé e Rua Saraiva Carvalho I Beneficiação	5 000 €	350 000 €	350 000 €		
	Rua Guerra Junqueiro e Rua Monsenhor Fonseca Soares I Beneficiação				300 000 €	800 000 €
	Rua Justino Teixeira e Rua Monte Estação - Beneficiação - fase 2	450 000 €				
	Rua Sarmento Beires I Requalificação	14 000 €			1 000 000 €	170 000 €
	Rua Sport Comércio e Salgueiros I Beneficiação	2 000 €	230 000 €	230 000 €		
	Rua Vale Formoso I Beneficiação	38 000 €	660 000 €	1 395 000 €	1 500 000 €	
	Travessa da Arrábida I Requalificação	73 000 €				
Via de Ligação à Av. Fontes Pereira Melo				300 000 €	300 000 €	
Via de Ligação da Rua do Dr. Júlio de Matos à Rua Henrique de Sousa Reis	9 000 €	400 000 €				
Viaduto Rua de Pedro Hispano I Acessibilidades			20 000 €	80 000 €		
	Subtotal >	17 269 000 €	33 310 000 €	32 426 000 €	23 302 000 €	16 711 000 €
3.1. Natureza e Espaços Verdes	Casa Tait I Requalificação Jardim	6 000 €				
	Cemitério de Agramonte I Edifício Administrativo I Remodelação	515 000 €				
	Crematório Prado do Reposo – Ampliação		600 000 €	1 030 000 €		
	EJR I Jardim Soares dos Reis I Beneficiação		300 000 €			
	Espaços Jogo e Recreio I Beneficiação	150 000 €	1 000 000 €	2 000 000 €	2 000 000 €	3 000 000 €
	Jardim Cordoaria	80 000 €				
	Jardim Emilio David I Reforço Drenagem			60 000 €		
	Jardins do Palácio de Cristal – Avenida das Tílias				1 700 000 €	
	Palácio de Cristal I Centro de Educação Ambiental I Beneficiação	25 000 €	220 000 €	275 000 €		
	Parque da Cidade I Casa das Máquinas e Lago II		1 000 000 €			
	Parque Urbano da Lapa - Construção	5 000 €	720 000 €			
	Passeio Alegre I Instalações Sanitárias I Reabilitação	240 000 €				
	Quinta de Salgueiros I Biolab I Construção	35 000 €	750 000 €	750 000 €		
	Quinta do Covelo I Centro de Educação Ambiental I Construção	35 000 €	360 000 €	330 000 €		
	Subtotal >	1 091 000 €	4 950 000 €	4 445 000 €	3 700 000 €	3 000 000 €

GO Porto IGP 2026 - 2030 Detalhado por Empreendimentos		41 998 000 €	81 911 000 €	81 246 000 €	78 027 000 €	43 851 000 €
Rubrica Orçamento	Empreendimento	2026	2027	2028	2029	2030
4.4. Cuidados de Saúde Primários	CS Aldoar Reabilitação	250 000 €	1 000 000 €	530 000 €		
	CS Carvalhido Construção	571 000 €	1 541 000 €	1 500 000 €		
	CS CDP e Serpa Pinto reabilitação	35 000 €	500 000 €	1 000 000 €	1 300 000 €	
	CS Cerco Reabilitação	940 000 €	550 000 €			
	CS Foz do Douro Reabilitação	450 000 €				
	CS Garcia de Orta Construção	970 000 €	1 970 000 €	1 000 000 €		
	CS Porto d'Ouro Reabilitação	250 000 €	1 000 000 €	1 050 000 €		
	CS Santos Pousada e Porto Centro Construção	460 000 €	1 815 000 €	1 850 000 €		
	CS Unidade Azevedo Campanhã Construção	500 000 €	640 000 €			
	CS Vale Formoso Reabilitação	610 000 €				
	Subtotal >	5 036 000 €	9 016 000 €	6 930 000 €	1 300 000 €	
6.1. Desporto Ativo	Campo Municipal de Campanhã Construção	3 400 000 €				
	Parque Desportivo da Ervilha Construção	210 000 €	2 360 000 €	2 660 000 €	3 000 000 €	
	Parque Desportivo de Ramalde Reparações		515 000 €	515 000 €		
	Parque Desportivo Municipal Oriental Construção	35 000 €	500 000 €	700 000 €	300 000 €	
	PDE Intervenções Generalizadas					2 000 000 €
	Queimódromo Drenagem de Águas Pluviais		205 000 €	200 000 €		
	Subtotal >	3 645 000 €	3 580 000 €	4 075 000 €	3 300 000 €	2 000 000 €
7.2. Comércio	Instalações sanitárias e de fiscalização Rua Estação de Contumil Construção		100 000 €			
	Praça da Vandoma Proteção e Gradeamento Construção	100 000 €				
	Praça de Santo Ildefonso Iluminação		50 000 €			
	Subtotal >	100 000 €	150 000 €			
8.2. Transição Modal	Articulação de redes intraurbanas de cicloviarias: Ligação PORTO-S.MAMEDE INFESTA	50 000 €	700 000 €			
	Asprela Campanhã Ciclovia Ligação	590 000 €				
	Palácio de Cristal Ligações Mecanizadas Percursos Pedonais	1 400 000 €	850 000 €			
	Percursos Pedonais - Ligações Mecanizadas				1 055 000 €	1 055 000 €
	Subtotal >	2 040 000 €	1 550 000 €		1 055 000 €	1 055 000 €
9.1. Educação	EB da Ponte Requalificação	1 040 000 €				
	EB Eugénio de Andrade Requalificação	110 000 €	2 000 000 €	3 500 000 €	5 100 000 €	2 000 000 €
	EB Francisco Torrinha Requalificação	60 000 €	4 000 000 €	5 100 000 €	3 100 000 €	
	EB Nicolau Nasoni Requalificação	60 000 €	2 000 000 €	3 250 000 €	2 060 000 €	
	ES Infante D. Henrique Reabilitação	100 000 €	400 000 €	3 500 000 €	7 000 000 €	7 000 000 €
	Esc. Sec. Alexandre Herculano – Arranjos Exteriores	930 000 €				
	Subtotal >	2 300 000 €	8 400 000 €	15 350 000 €	17 260 000 €	9 000 000 €
10.2. Património e Equipamentos Culturais	Antigo Matadouro Industrial do Porto - Reversão	4 500 000 €	4 590 000 €			
	Balletatro Escola de Artes Reabilitação	900 000 €	1 850 000 €			
	BMAG Beneficiação		450 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	
	BPMP - Requalificação	4 000 000 €	9 440 000 €	11 325 000 €	11 250 000 €	
	BPMP Painéis Azulejos Remoção, recuperação e remontagem				15 000 €	
	Galeria Municipal - Beneficiação		100 000 €	640 000 €	600 000 €	
	Museu CACE - Reabilitação	70 000 €	1 850 000 €	2 200 000 €	1 830 000 €	
	Palacete dos Viscondes de Balsamão Reabilitação		175 000 €	1 250 000 €	2 770 000 €	1 500 000 €
	Palácio São João Novo Reabilitação		600 000 €	600 000 €	10 000 000 €	10 000 000 €
	Teatro Municipal Campo Alegre Remodelação Interior	150 000 €				
	Subtotal >	9 620 000 €	19 055 000 €	17 015 000 €	27 465 000 €	11 500 000 €

Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2026 – 2030

GO Porto IGP 2026 - 2030 Detalhado por Empreendimentos		41 998 000 €	81 911 000 €	81 246 000 €	78 027 000 €	43 851 000 €
Rubrica Orçament	Empreendimento	2026	2027	2028	2029	2030
11.2. Gestão dos Serviços Municipais	Edifício S. Dinis - Total	52 000 €	50 000 €	60 000 €	75 000 €	75 000 €
	Hangar no BSB – Requalificação	65 000 €	430 000 €	435 000 €		
	Instalações PC Pasteleira Remodelação	150 000 €				
	Mercado do Bolhão - Total	300 000 €	630 000 €	200 000 €	260 000 €	200 000 €
	Parque da Cidade Edifício Administrativo Remodelação		480 000 €			
	Quinta do Mitra Remodelação	130 000 €				
	Subtotal >	697 000 €	1 590 000 €	695 000 €	335 000 €	275 000 €
11.2. Gestão dos Serviços Municipais - Outros	Comunicação Obra Geral	100 000 €	210 000 €	210 000 €	210 000 €	210 000 €
	Consultoria Jurídica	100 000 €	100 000 €	100 000 €	100 000 €	100 000 €
	Subtotal >	200 000 €	310 000 €	310 000 €	310 000 €	310 000 €

Parecer do Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único

**ANEXO II – Parecer do Revisor
Oficial de Contas/Fiscal Único**

